

Plano
Intermunicipal
para a Igualdade
do Alto Alentejo
Oeste

2018-2021

Ficha Técnica

Plano Intermunicipal para a Igualdade do Alto Alentejo Oeste, 2018-2021

Coordenação

Associação Portuguesa de Apoio à Vítima | Gabinete de Apoio à Vítima do Alto Alentejo Oeste

1

Comissão de Acompanhamento

Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género – Ana Almeida, Cláudia Mateus, Isabel Rosinha, João Pereira

Grupo de Trabalho Restrito

Associação Portuguesa de Apoio à Vítima | Gabinete de Apoio à Vítima do Alto Alentejo Oeste – Alexandra Gaio, Daniel Cotrim

Município de Alter do Chão – Tânia Palmeiro

Município de Avis – Ana Balão

Município do Crato – Joana Curinha

Município de Fronteira – Silvia Romano

Município de Gavião – Graciosa Chambel, Marta Alves

Município de Nisa – Manuela Gonçalves

Município de Ponte de Sor – Maria José Vicente

Município de Sousel – Maria José Almada, Marta Carujo, Jaime Barreiros

Comunidade Intermunicipal do Alto Alentejo – Ana Garrido, Rita Boavida

Grupo de Trabalho Alargado

Além das entidades que integraram o Grupo de Trabalho Restrito, foram ainda ouvidas, no âmbito da execução do presente Plano Intermunicipal, as seguintes entidades:

Centro Distrital de Portalegre do ISS, IP – Ana Costa

Delegação Regional do Alentejo do Instituto de Emprego e Formação Profissional – Georgina Silva

Direção Geral dos Estabelecimentos Escolares | Direção de Serviços da Região Alentejo – Vicência Pinto

Administração Regional de Saúde do Alentejo | Unidade Local de Saúde do Norte Alentejano E.P.E. (ULSNA) – Fernanda Oliveira

Procuradoria da República da Comarca de Portalegre – Maria João Lobo; Branca Lima

Direção Geral de Reinserção e Serviços Prisionais – Jorge Miranda

Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Alter do Chão – Ana Correia, Sara Farinha

Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Avis – Sérgio Lopes

Comissão de Proteção de Crianças e Jovens do Crato – Joana Curinha

Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Fronteira – Maria Maia

Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Gavião – Hermínia Louro, Paula Pessoa

Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Nisa – Manuela Gonçalves

Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Ponte de Sor – Fernanda Godinho

Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Sousel – Susana Abegão, Susana Frade

Comando Territorial da Guarda Nacional Republicana de Portalegre – David Teixeira Pires, José Moisés, Rui Costa

Comando Distrital da Polícia de Segurança Pública de Portalegre - José Moreira

Instituto Politécnico de Portalegre – Maria José Martins

Índice

Prefácio	5
Breve Nota da Associação Portuguesa de Apoio à Vítima	7
1. AS AUTARQUIAS E O PLANO INTERMUNICIPAL: As mensagens dos/as Presidentes de Câmara	9
Câmara Municipal de Alter do Chão	9
Câmara Municipal de Avis	10
Câmara Municipal do Crato	12
Câmara Municipal de Fronteira	13
Câmara Municipal de Gavião	14
Câmara Municipal de Nisa	16
Câmara Municipal de Ponte de Sor	17
Câmara Municipal de Sousel	19
2. RAÍZES DO PLANO INTERMUNICIPAL	21
3. METODOLOGIA	22
4. OBJETIVOS DO PLANO	23
5. DIAGNÓSTICO TERRITORIAL	24
5.1 Demografia e território	24
5.2 Educação e Formação	25
5.3 Emprego e Remuneração	26
5.4 Participação Política e Cívica	28
5.5 Violência Doméstica no Alto Alentejo Oeste	30
5.6 Caracterização por concelho	41
5.7 Conclusão do diagnóstico territorial	60
6. EIXOS ESTRATÉGICOS E PRIORIDADES	61
7. AVALIAÇÃO E ACOMPANHAMENTO	63
8. PLANO DE AÇÃO	64
Eixo 1 – Participação Política e Cívica	64
Eixo 2 – Educação, Formação e Emprego	66
Eixo 3 – Prevenção e Combate à Violência Doméstica e de Género	68
Eixo 4 – Desporto	70
Bibliografia	71

Prefácio

Alter do Chão, Avis, Crato, Fronteira, Gavião, Nisa, Ponte de Sor e Sousel: são oito os municípios que, através do presente plano, ampliam e impulsionam o trabalho contínuo que é preciso fazer para promover a igualdade e combater a discriminação – um trabalho que tem uma longa história atrás de si e já deu frutos significativos, mas no qual muito está ainda por alcançar.

Foi nesse sentido que, a 8 de março de 2018, o Conselho de Ministros aprovou a Estratégia Nacional para a Igualdade e a Não Discriminação – Portugal + Igual. Elaborada a partir de uma metodologia participativa e em diálogo com a sociedade civil, esta Estratégia constitui um roteiro de transformação social para os próximos doze anos que integra necessariamente todas as regiões do país.

É hoje bem claro que não existe uma solução única e monolítica a aplicar de forma acrítica em todos os territórios. Pelo contrário, o desenho e implementação de políticas de igualdade eficazes requer o conhecimento das especificidades de cada região. Assim faz o presente plano através do seu diagnóstico territorial, o qual permitiu definir quatro áreas prioritárias de intervenção – educação e formação, trabalho e emprego, violência doméstica e participação na esfera pública – e, a partir dessas áreas, conceber eixos estratégicos e medidas específicas a implementar.

As medidas daí resultantes dão um contributo fundamental para, por um lado, potenciar o que já existe de boas práticas nestes oito municípios, e, por outro, assegurar novas respostas para colmatar lacunas identificadas.

A afirmação e a promoção da igualdade na agenda local são tão mais urgentes quanto mais nos apercebemos de que a igualdade não é uma área de trabalho que se possa cingir ou fechar num departamento próprio. Pelo contrário, para que dê frutos concretos e sustentáveis é preciso fazê-la chegar a todas as políticas setoriais – da educação ao urbanismo, do desenvolvimento económico à cultura, dos programas de envelhecimento à segurança, entre tantas outras áreas. Neste momento, os agentes locais dispõem já de recursos e guias que os podem orientar neste trabalho de

transversalização. É tempo de ultrapassar a etapa da sensibilização e avançar com ações concretas.

O presente plano prevê, por exemplo, a realização de um encontro anual para identificar dificuldades vividas por mulheres com experiência no poder local e incentivar a participação de outras mulheres; formação a docentes de todos os níveis de ensino para as problemáticas de igualdade de género, da violência no namoro e da homofobia e transfobia; a construção de um manual de procedimentos para uma rede especializada e articulada de apoio a vítimas de violência contra as mulheres e violência doméstica. São algumas das medidas que materializam uma estratégia ampla para que os oito municípios envolvidos sejam, em 2021, espaços com mais igualdade, mais segurança, mais bem-estar, mais respeito pela diversidade.

É deste modo que as autarquias assumem a devida função de protagonismo na promoção da igualdade e convocam todos os outros agentes locais a mobilizar-se e a participar nesta tarefa coletiva.

Uma palavra de louvor é também devida à APAV - Associação Portuguesa de Apoio à Vítima que, com o apoio da CIG - Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género, coordenou o grupo responsável pela elaboração do plano.

A todas as pessoas e entidades envolvidas na conceção e execução do plano, aqui deixo as minhas felicitações pelo trabalho já efetuado e os meus votos de bom trabalho.

Rosa Monteiro

Secretária de Estado para a Cidadania e a Igualdade

Breve Nota da Associação Portuguesa de Apoio à Vítima

Apoiar as vítimas de crime, suas famílias e amigos, prestando-lhes serviços de qualidade, gratuitos e confidenciais e contribuir para o aperfeiçoamento das políticas públicas, sociais e privadas centradas no estatuto da vítima é a missão da Associação Portuguesa de Apoio à Vítima e, por isso, sentimos a responsabilidade de contribuir para esta reflexão acerca da forma de combater e eliminar fenómenos como a violência de género e a violência doméstica.

O papel a desempenhar pela APAV, em relação ao Estado, é o da prestação de serviços especializados de apoio, com independência e qualidade, em parceria, em complemento ou mesmo em substituição daquele. Com efeito, a APAV é, em Portugal, a maior organização privada sem fins lucrativos de prestação de serviços de apoio às vítimas de crime.

O estabelecimento de acordos de reciprocidade no que toca ao apoio a vítimas, designadamente protocolos de cooperação desta natureza, como o Protocolo para uma Estratégia de Combate à Violência de Doméstica e de Género, que se integra numa resposta de territorialização, tem vindo a ganhar crescente importância para uma resposta mais célere, mais específica e mais proactiva. Estas articulações originam um posicionamento privilegiado no que toca ao contacto, num primeiro momento, quase imediato ou imediato, à ocorrência do crime, com as vítimas.

O Plano Intermunicipal para a Igualdade do Alto Alentejo Oeste 2018 - 2021, que conta com os contributos dos municípios e das demais entidades é um instrumento que pretende implementar e desenvolver atividades que têm subjacentes a promoção da Igualdade, da Cidadania e sobretudo aumentar a intolerância à violência e o respeito pelos Direitos Humanos.

Apoiando a sua implementação e execução em 4 Eixos Estratégicos diferentes:

1. participação política e cívica;
2. educação, formação e emprego;
3. prevenção e combate à violência doméstica e de género;
4. desporto;

consegue também aproximar-se de mais cidadãos e cidadãs. A Igualdade e o combate à Violência de Género passam a ser transversais e tal como a **Estratégia Nacional para a Igualdade e a Não Discriminação - Portugal +Igual**, nos propõe, a interseccionalidade, que revela que a discriminação resulta da interseção de múltiplos fatores e que permite que este Plano Intermunicipal se possa articular com outros Planos e Estratégias Nacionais. Esta perspetiva trazida para um Plano com estas características e objetivos abre as suas possibilidades e pode dar-lhe a capacidade de se aprofundar noutros aspetos.

Que este Plano Intermunicipal do Alto Alentejo Oeste possa continuar a ser, aquilo que já demonstrou durante a sua preparação: um pensamento para a ação. Um real esforço para a mudança, para a alteração de práticas; para o reforço das boas práticas já existentes. Enfim, mais do que um documento, a prova de que a Igualdade se exerce.

João Lázaro

Presidente da Associação Portuguesa de Apoio à Vítima

1. AS AUTARQUIAS E O PLANO INTERMUNICIPAL: As mensagens dos/as Presidentes de Câmara

Câmara Municipal de Alter do Chão

9

O Município de Alter do Chão entende que para esta problemática, apesar do caminho percorrido até ao momento, estão em falta métodos e estratégias que a combatem definitivamente. Sabemos que lutar contra a desigualdade de género é uma batalha dura porque grande parte da nossa sociedade mantém enraizado certos comportamentos quase ancestrais que dificilmente se erradicam. É necessário criar estratégias que alterem estes preconceitos instalados. A igualdade entre homens e mulheres é uma questão de direitos humanos. Ambos têm direito a gozar das mesmas oportunidades no acesso à educação, nas oportunidades no trabalho e na carreira profissional, no acesso à saúde e no acesso aos cargos de direção. Acreditamos que estas estratégias e métodos devem ser trabalhados logo na infância, por isso o papel da Escola é fundamental neste processo. Precisamos de uma sociedade atenta e preparada para os desafios que nos surgem diariamente. Precisamos de construir um futuro melhor para as gerações vindouras.

O Município de Alter do Chão está empenhado em contribuir ativamente para o Plano Intermunicipal para a Igualdade de Género. A colocação em prática das atividades referidas neste documento permitirá o debate entre vários intervenientes da nossa comunidade com responsabilidades políticas e cívicas, ao mesmo tempo que serão realizadas ações de divulgação, sensibilização e reflexão para todos os homens e mulheres que a compõem.

Francisco António Martins dos Reis

O Presidente da Câmara Municipal de Alter do Chão

Câmara Municipal de Avis

A promoção da igualdade e o combate à discriminação são princípios plasmados na Lei Constitucional Portuguesa, desde a implementação do regime democrático. O Estado deve assumir a consagração destes princípios como uma das suas tarefas principais.

O Poder Local é constituído por órgãos que visam a prossecução dos interesses das suas populações e não pode estar afastado da promoção da igualdade e do fomento de políticas públicas que ambicionam a concretização de planos, programas, projetos e ações com vista à mudança necessária para a realização do Princípio da Igualdade.

Estamos conscientes que a manutenção da desigualdade, de facto, entre mulheres e homens é, hoje, incompatível com o reconhecimento pela lei dos direitos fundamentais e da igualdade entre mulheres e homens. É necessário agir! A desigualdade prejudica tanto homens como mulheres, afeta o funcionamento e o desenvolvimento da própria sociedade.

O Município de Avis reconhece a necessidade de unir esforços e sinergias e de, em conjunto, trabalharmos em prol de uma sociedade mais justa e mais igualitária.

O empenho dos municípios na promoção do exercício pleno dos direitos de mulheres e homens, na família, no trabalho, na vida política, cultural e social significa que estaremos a contribuir para a construção de uma sociedade cada vez mais democrática.

O desenvolvimento territorial é marcado, de forma decisiva, pelo modo como os seus atores se interrelacionam, quer entre si, quer com os demais atores em presença, tanto interna como externamente. Conscientes desta realidade, os Municípios do Alto Alentejo decidiram avançar para a concretização do Plano Intermunicipal para a Igualdade.

O Plano Intermunicipal para a Igualdade do Alto Alentejo constitui-se como um desafio mas simultaneamente como uma oportunidade para alavancarmos o desenvolvimento do nosso território.

Estamos conscientes das nossas debilidades mas também das nossas potencialidades e se conseguirmos promover relações baseadas em novas lógicas de ação, concretizadas em relações reais entre atores numa esfera multiescalar, multidimensional e multinível,

estaremos aptos a fazer do nosso território um espaço de igualdade, num contexto de proximidade física e relacional.

Nuno Paulo Augusto da Silva

Presidente da Câmara Municipal de Avis

Câmara Municipal do Crato

Na construção de uma sociedade mais justa, mais coesa e integrada, é fundamental o debate e a preocupação com a eliminação de comportamentos discriminatórios e/ou abusivos. Falar, portanto, de igualdade de género, numa perspetiva de combate à violência doméstica, é contribuir para a transformação social que inclui, tolera e progride no sentido da justiça social.

É com este intuito que o Município do Crato integra a construção do Plano Intermunicipal para a Igualdade, no âmbito do Protocolo para Uma Estratégia de Combate à Violência Doméstica e de Género.

A todos e a todas quanto façam desta uma questão prioritária no sentido da mudança de mentalidades e comportamentos, uma saudação consciente e sentida.

Joaquim Bernardo dos Santos Diogo

Presidente da Câmara Municipal do Crato

Câmara Municipal de Fronteira

A promoção da igualdade é não apenas um desígnio constitucional, mas sobretudo uma obrigação de todos os cidadãos no sentido de construir e fazer parte de uma sociedade melhor. Quando falamos concretamente de igualdade de género, promovê-la é partir do reconhecimento que a diferença biológica entre homens e mulheres não deve comportar qualquer diferença em todos os domínios sociais. Este desígnio implica, desde logo, o diagnóstico das situações de desigualdade efetivamente motivadas em função do sexo, tendo a consciência que as mesmas devem ser enquadradas num contexto de desenvolvimento e evolução das sociedades. Para tal, devem ser tomadas as medidas legislativas necessárias para impor o igual tratamento entre homens e mulheres, como aliás tem vindo a ser paulatinamente levado a cabo. Mas o caminho deve trilhar-se sobretudo no sentido da consciencialização social, num processo que deve envolver todas as entidades, públicas e privadas, de modo a que a igualdade de género seja encarada individualmente como resultado da normal vivência social. Sabemos que ainda estamos longe de atingir esse objetivo, mas seguramente estaremos um pouco mais perto sempre que cada uma das nossas ações contribuir para despertar outros para a existência desta realidade e para a premente necessidade de a solucionar.

Rogério David Sadio da Silva

Presidente da Câmara Municipal de Fronteira

Câmara Municipal de Gavião

Para que as políticas públicas em geral sejam eficazes, é fundamental desenvolver instrumentos de planeamento que permitam, partindo de um diagnóstico prévio, criar estratégias que levem à mudança em prol de um desiderato comum e que neste caso se traduz na igualdade entre homens e mulheres.

Igualdade de género significa que homens e mulheres devem ter os mesmos direitos e deveres, todos independentemente do género devem ser livres para fazer as suas escolhas e desenvolver as suas capacidades pessoais, sem limitações, sem interferências ou limitação de estereótipos.

Foi partindo destes pressupostos que a Câmara Municipal de Gavião em 2015, nomeou de entre os vereadores eleitos o seu conselheiro para a igualdade.

Em 2017 e em cerimónia realizada para o efeito foi assinado um Protocolo para uma estratégia de Combate à Violência Doméstica e do Género, entre os 15 Municípios da Comunidade Intermunicipal do Alto Alentejo, mais 13 entidades do distrito de Portalegre e a Sr^a. Secretária de Estado para a Cidadania e Igualdade.

Atualmente encontra-se em fase de elaboração o Plano Intermunicipal para a Igualdade. Acreditamos que só com um forte empenho e trabalho em parceria é possível potenciar a capacidade de resposta a problemas comuns das nossas comunidades, como é o caso da desigualdade de género.

Esta articulação é também determinante para a prevenção de comportamentos discriminatórios e para a construção de uma sociedade mais justa e inclusiva.

O Município de Gavião acredita que a igualdade do género começa na escola, estas matérias devem estar presentes desde os primeiros anos de vida das crianças, educar para a consciencialização sobre esta problemática deverá ser tido em conta na elaboração dos currículos, pois só assim conseguiremos no futuro ter uma sociedade mais justa, mais igualitária e mais democrática.

Tudo faremos para que a implementação do Plano Intermunicipal para a Igualdade não seja só mais um bonito documento arquivado numa prateleira de memórias. Esperamos e podem contar com o nosso empenho na implementação de medidas e ações estratégicas concertadas, planeadas e efetivas, realizadas através de uma agenda local

e regional, que aposte em políticas públicas numa perspetiva de combate a todas as formas de discriminação.

José Fernando da Silva Pio

Presidente da Câmara Municipal de Gavião

Câmara Municipal de Nisa

A Constituição da República Portuguesa consagra no artigo 13º os princípios da igualdade e da não discriminação, estabelecendo que *"Todos os cidadãos têm a mesma dignidade social e são iguais perante a lei"* e que *"Ninguém pode ser privilegiado, beneficiado, prejudicado, privado de qualquer direito ou isento de qualquer dever em razão de ascendência, sexo, raça, língua, território de origem, religião, convicções políticas ou ideológicas, instrução, situação económica, condição social ou orientação sexual."*

16

A temática da igualdade de género apresenta-se-nos atualmente como um dos aspetos determinantes para a prática da cidadania, norteando a atuação da administração política e territorial local, regional e nacional.

Ao aderir a este projeto damos um sinal a toda a população que estamos determinados a dar condições sociais aos nossos munícipes pensando em todos os escalões etários e em todos por igual, com o sentido de valorizar e dignificar a temática da Igualdade de Género como princípio de uma governação assente em pilares nos quais a cidadania e os valores sociais e culturais são o princípio orientador da nossa responsabilidade social.

O Plano Intermunicipal para a Igualdade de Género constituirá um documento estratégico cujo desígnio permitirá maior igualdade nas relações entre homens e mulheres, compilando diferentes procedimentos de intervenção e sensibilização cujo objetivo assenta na promoção da qualidade de vida da população sem discriminação de credo, sexo ou idade.

O Município de Nisa estimulará o diálogo permanente com todos os parceiros sociais e munícipes para que, de forma objetiva, o processo de implementação do Plano Intermunicipal para a Igualdade de Género se concretize enquanto instrumento orientador assente numa perspetiva clara de combate à violência de género, garantido a coexistência pacífica e a complementaridade entre homens e mulheres.

Maria Idalina Alves Trindade

Presidente da Câmara Municipal de Nisa

O Município de Ponte de Sor é cada vez mais um concelho cosmopolita, multicultural onde o respeito pela diversidade e pela diferença são essenciais. Por este motivo, nos últimos anos as questões da Igualdade de Género têm sido cada vez mais trabalhadas no sentido de mudar mentalidades, alterar práticas sociais e proporcionar a homens e mulheres as maiores e as melhores condições de vida às nossas populações. Tem sido este o nosso objetivo e é em prol disto que trabalhamos diariamente, que pensamos os nossos projetos e que temos criado as condições para que homens e mulheres acedam de forma equilibrada à educação e formação, à cultura, ao desporto, ao emprego e aos espaços de lazer.

Não só a Igualdade mas também a violência doméstica e de género constitui um problema social contra o qual todos e todas devemos unir esforços, especialmente com o intuito de proteger as vítimas. Foi com este objetivo que o município de Ponte de Sor desde o início se comprometeu em trabalhar em prol de uma política comum de combate à violência doméstica, aderindo à Estratégia de combate à Violência Doméstica e de Género, proposta pela Secretaria de Estado para a Cidadania e a Igualdade e que permitiu a implementação do Gabinete de Apoio à Vítima no nosso território.

Acredito que provocar a mudança exige, da parte de todos e todas, um forte envolvimento e compromisso. É por isso que as autarquias, pela proximidade às suas populações, podem e devem ser os motores da mudança e os promotores da igualdade e do exercício da cidadania. Neste sentido, este plano intermunicipal reveste-se de especial importância uma vez que nos permite estabelecer uma política comum que reforce as intervenções dos municípios, que contribua para uma melhor utilização e gestão dos recursos disponíveis, fomente a coesão social, promova a desconstrução de estereótipos e preconceitos e conseqüentemente reduza as desigualdades entre homens e mulheres.

No fundo, este plano é um compromisso com a população e o Município de Ponte de Sor empenhará todos os esforços para que a sua implementação seja bem-sucedida e provoque verdadeiras mudanças na vida das mulheres e dos homens da nossa comunidade.

Estas mudanças ao nível das mentalidades e das práticas sociais conjugadas com os esforços envidados na promoção da educação formal e não formal das crianças do concelho e dos investimentos concretizados ao nível empresarial serão indispensáveis para dar continuidade ao desenvolvimento do nosso concelho e da nossa região. Teremos as condições necessárias para a criação de emprego justo, para a fixação da população e para a renovação das gerações, indicadores sociodemográficos tão importantes em comunidades do interior, como as nossas.

Hugo Hilário

Presidente da Câmara Municipal de Ponte de Sor

Por igualdade de género entende-se que as oportunidades devem ser dadas por igual, por parte das entidades públicas e privadas, a mulheres e homens. No acesso aos cuidados de saúde, no acesso ao ensino e à formação, no acesso ao mercado de trabalho, no acesso aos bens e produtos culturais, ao desporto e ao lazer. Ainda que as Leis portuguesas estejam, regra geral, na vanguarda da Europa e do mundo, em matéria de igualdade de género, na prática sabemos que a sociedade trata de forma desigual os homens e as mulheres. Nomeadamente, numa matéria tão importante como é a retribuição salarial, os homens ganham em média bastante mais do que as mulheres, mesmo quando a sua formação académica e as suas competências são semelhantes. E muitas vezes é a própria Lei que assim determina. Basta a uma mulher faltar mais ao serviço por ter que ficar com os filhos doentes e o seu salário refletirá de imediato a injustiça.

No Município de Sousel, temos plena consciência dos problemas relacionados com a igualdade de género e das injustiças que tal suscita. Logo ao fazer as listas eleitorais se deparou com a dificuldade em trazer mais mulheres para a atividade política. Ainda que fosse nossa intenção garantir nas listas uma plena paridade entre homens e mulheres, tal não foi conseguido por nenhum dos diversos partidos concorrentes. Isto apesar de haver uma Lei da Paridade. No entanto, a mesma só obriga a que não haja menos de 1/3 dos membros da lista de um dos sexos (normalmente, do feminino). Acresce que o artigo da Lei que impõe que não possa haver mais de dois candidatos seguidos do mesmo sexo, regra geral, atira a mulher para a terceira posição nas listas. Em executivos pequenos, as mulheres ficam muitas vezes de fora ou em pequena minoria. A nível nacional, quer nas restantes autarquias, quer na Assembleia da República e na representação portuguesa no Parlamento Europeu as coisas não são muito diferentes.

Nos novos eleitos a 1 de outubro de 2017 no Concelho de Sousel, verifica-se que no Executivo Municipal, com 5 membros, apenas 2 são mulheres. E como se encontram ambas grávidas, provavelmente, dentro de algumas semanas, teremos um pleno de homens no Executivo. Na Assembleia Municipal, apenas 26% dos membros são

mulheres. Todos os 4 Presidentes de Junta eleitos são homens. Nos Executivos de Freguesia temos apenas 2 mulheres em 12 lugares (16,7%). O panorama nas Assembleias de Freguesia é um pouco melhor. Em todo o concelho, nas 4 Assembleias de Freguesia, registamos a participação de 35% de mulheres. E estes são alguns indicadores sobre o estado das coisas em termos de presença das mulheres na tomada de decisões, no poder executivo autárquico e nos órgãos deliberativos do nosso concelho.

Em 2016, último ano com dados populacionais fiáveis, o Concelho de Sousel registava um número de 4606 habitantes (INE), sendo 2413 mulheres e 2193 homens, verificando-se maior diferença nos escalões etários a partir dos 55 anos. Ao não se conseguir fazer listas com uma efetiva paridade e não aquela que a Lei determina, e ao constituir os órgãos do poder autárquico com uma larga maioria de homens, a mensagem que se transmite a esta maioria de mulheres do concelho de Sousel não deixa de ser a de que a política é coisa de homens e que estes é que se devem encarregar da gestão autárquica. Mensagem errada, por ser injusta e pouco digna para as mulheres. As mulheres e homens repartem a responsabilidade pela pouca participação das mulheres na vida política autárquica. As mulheres, porque se retraem e não dão o nome. Os homens porque, porventura, não farão as mulheres sentir-se confortáveis nessas atividades. Ora, nós, em Sousel, consideramos que seria melhor para todos haver mais mulheres na gestão autárquica e na vida política local. Talvez assim, fosse também possível melhorar os índices nacionais e dar mais sensibilidade à política.

Manuel Valério

Presidente da Câmara Municipal de Sousel

2. RAÍZES DO PLANO INTERMUNICIPAL

A plena igualdade entre pessoas é um pilar essencial para a construção de uma sociedade livre, justa e solidária. Em Portugal, o reconhecimento político deste princípio tem sido acompanhado de uma significativa produção de legislação anti discriminação e políticas ativas destinadas a promover a igualdade de direitos e de facto entre mulheres e homens. Porém, são ainda muito frequentes práticas quotidianas, sociais e institucionais, que fomentam a continuidade da desigualdade e discriminação entre mulheres e homens, sendo esta muitas vezes aumentada por características pessoais como a origem étnica e social, a idade, a orientação sexual, a deficiência ou território de origem ou de residência, entre outras.

O Plano Intermunicipal Para a Igualdade do Alto Alentejo Oeste (Plano) surge por iniciativa da Secretária de Estado para a Cidadania e a Igualdade, no âmbito do *Protocolo para uma Estratégia de Combate à Violência Doméstica e de Género*, assinado em 24 de Janeiro de 2017 entre 30 entidades parceiras¹. Segundo este documento, “A Estratégia de Combate à Violência Doméstica e de Género visa uma territorialização das respostas na área da violência, enfatizando as ações de formação, sensibilização e aprofundamento do conhecimento, devidamente articulado, designadamente com as forças de segurança, as entidades com competência em matéria de proteção social e as

¹ Secretaria de Estado para a Cidadania e Igualdade, Município de Alter do Chão, Município de Avis, Município do Crato, Município de Fronteira, Município de Gavião, Município de Nisa, Município de Ponte de Sor, Município de Sousel, Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género, Centro Distrital de Segurança Social de Portalegre, Delegação Regional do Alentejo do Instituto do Emprego e Formação Profissional, Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares-Direção de Serviços da Região Alentejo, Administração Regional de Saúde do Alentejo; Procuradoria da República da Comarca de Portalegre, Instituto Nacional de Medicina Legal e Ciências Forenses, Direção Geral de Reinserção e Serviços Prisionais, Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Alter do Chão, Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Avis, Comissão de Proteção de Crianças e Jovens do Crato, Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Fronteira, Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Gavião, Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Nisa, Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Ponte de Sor, Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Sousel, Comando Territorial da Guarda Nacional Republicana de Portalegre, Comando Distrital da Polícia de Segurança Pública de Portalegre, Instituto Politécnico de Portalegre, Federação de Bombeiros do Distrito de Portalegre, Associação Portuguesa de Apoio à Vítima.

organizações não-governamentais, tendo em vista uma cobertura nacional progressiva dos serviços de apoio e proteção à vítima” (p.1).

Sendo o Alto Alentejo um território marcadamente envelhecido e de elevada dispersão geográfica, a territorialização de políticas públicas, baseadas nas inter-relações entre municípios e demais atores do território direta e indiretamente abrangidos por este Protocolo, ajudarão a potenciar os recursos existentes e a obter novos resultados com base nas sinergias e nas complementaridades de cada um.

Neste Plano encontramos refletido o compromisso de várias entidades de cooperação mútua visando a efetiva prevenção, proteção e apoio às vítimas de violência de género e violência doméstica no território do Alto Alentejo Oeste.

Este Plano pretende também ajudar a concretizar a nova Estratégia Nacional para a Igualdade e Não Discriminação – Portugal + Igual (ENIND), promovendo junto dos seus diferentes parceiros informação, formação e práticas que reforcem a igualdade, a cidadania e a proteção de todas as vítimas de violência doméstica e de género.

3. METODOLOGIA

O processo de elaboração deste documento teve início com uma ação informativa, ministrada pela APAV a 28 de Junho de 2017, com a colaboração da CIG, destinada a todos os parceiros signatários do *Protocolo Para Uma Estratégia de Combate à Violência Doméstica e de Género*.

Após este momento, foi constituído um grupo de trabalho restrito responsável pela elaboração do *Plano*, sob coordenação da APAV, com o acompanhamento e apoio técnico da CIG, grupo esse constituído pelos 8 representantes dos Municípios protocolados (Alter do Chão, Avis, Crato, Fronteira, Gavião, Nisa, Ponte de Sor e Sousel) e a Comunidade Intermunicipal do Alto Alentejo (CIMAA), enquanto entidade externa convidada pela relevância na promoção da coesão intermunicipal e desenvolvimento social no distrito. Este grupo realizou reuniões trimestrais, completadas com trabalho à

distância, consensualizando o conteúdo do documento, nomeadamente as linhas de orientação estratégica e as atividades propostas. Na execução deste Plano foram ainda ouvidas as restantes entidades signatárias do Protocolo (grupo de trabalho alargado), cujos contributos foram recolhidos presencialmente nas reuniões de parceria alargada e também à distância.

4. OBJETIVOS DO PLANO

O *Plano* tem por objetivo central potenciar as intervenções existentes no território abrangido pelos concelhos do Alto Alentejo Oeste relativas à promoção da igualdade de género.

Vem, pois, reforçar, numa lógica de rede e de subsidiariedade, as atuações dos municípios no plano da igualdade, quando existam, bem como de outras entidades locais que promovem a igualdade ou que têm uma posição estratégica. Nesta matéria, pretende-se:

- Potenciar as intervenções existentes relativas à promoção da igualdade entre mulheres e homens;
- Promover a partilha de recursos e de informações entre os 8 concelhos;
- Reforçar o conhecimento dos agentes locais em matéria de igualdade de género;
- Aumentar a visibilidade das políticas locais para a igualdade de género e concertar estratégias de intervenção.

Como é notório no Plano de Ação, não se pretendeu definir um somatório de atividades individualizadas por concelho, mas promover uma efetiva relação de cooperação intermunicipal. O objetivo inicialmente acordado pretendia: potenciar as intervenções existentes; promover a partilha de recursos; reforçar as competências locais e concertar estratégias de intervenção para a igualdade de género, assente numa estratégia multissetorial e articulando metodologias diversas.

5. DIAGNÓSTICO TERRITORIAL

5.1 Demografia e território

Alter do Chão, Avis, Crato, Fronteira, Gavião, Nisa, Ponte de Sor e Sousel constituem 8 dos 15 municípios que integram o território Alto Alentejo. Destes, apenas Ponte de Sor é cidade, o terceiro maior núcleo urbano do distrito de Portalegre, logo a seguir a Portalegre e Elvas. Os restantes 7 municípios são vilas.

Situados geograficamente mais a oeste do território, estes 8 concelhos representam a maior superfície do Alto Alentejo (3601 km²), embora uma menor densidade populacional, indicando um território marcado pela elevada dispersão geográfica e que enfrenta os desafios da interioridade: perda progressiva da população residente, forte envelhecimento da população e baixa densidade populacional.

Quadro 1. Demografia e Território

Concelho	Área km ²	População Residente (2016)	M	H	Densidade Populacional – hab/km ² (2015)	Índice de Envelhecimento (2015)
Alter do Chão	362	3286	1729	1557	9,2	280,7
Avis	606	4363	2290	2073	7,3	302
Crato	398	3339	1793	1547	8,6	368,8
Fronteira	249	3074	1665	1409	12,6	232,8
Gavião	295	3589	1903	1687	12,5	443,6
Nisa	572	6548	3454	3094	11,7	386,9
Ponte de Sor	840	15559	8108	7491	18,8	220,8
Sousel	279	4640	2435	2206	16,9	278,3

Fonte: PORDATA

Pela análise ao Quadro 1, evidencia-se o concelho de Ponte de Sor pela maior superfície (840 km²), população residente (15559) e densidade populacional (18,8 hab/km²). Ponte

de Sor é também o concelho com menor índice de envelhecimento da população (220,8).

Avis é o segundo concelho com maior superfície (606 km²) e menor densidade populacional (7,3 hab/km²), indicador de um concelho marcadamente disperso.

Fronteira é o concelho com menor superfície (249 km²), população residente (3074) e o segundo concelho com menor índice de envelhecimento da população (232,8).

O peso de mulheres e homens nos 8 concelhos é revelador de um desequilíbrio demográfico transversal: as mulheres representam 53% da população. Ponte de Sor e Nisa são os concelhos onde o desequilíbrio populacional de homens e mulheres surge mais acentuado.

A elevada dimensão (3601 km²) e dispersão geográfica do território Alto Alentejo Oeste continuam a sustentar a aposta nos serviços de apoio e proteção à vítima neste território, por intermédio da APAV e, mais especificamente, da estrutura de atendimento alocada a esta região: o Gabinete de Apoio à Vítima[®] do Alto Alentejo Oeste. Com sede física e horário de atendimento todos os dias úteis na localidade de Ponte de Sor, o GAV[®] do Alto Alentejo Oeste está ainda dotado de uma componente de itinerância, prestando os seus serviços de apoio a vítimas de crime, uma vez por semana, em cada um dos restantes 7 concelhos protocolados. A intervenção do GAV[®] do Alto Alentejo Oeste assenta num forte trabalho em rede com as entidades protocoladas e demais parceiros não formais do território Alto Alentejo Oeste.

5.2 Educação e Formação

Da análise ao Quadro 2 e tendo como referência a taxa de analfabetismo segundo os Censos (2011) para mulheres (6,8) e para homens (3,5) a nível nacional, identifica-se que os 8 concelhos apresentam taxas de analfabetismo muito superiores à taxa nacional. Verifica-se que a taxa de analfabetismo das mulheres é sempre superior à dos homens, nos 8 concelhos em análise, indicador de um acesso desigual das mulheres à educação e formação, também acentuado pelas características de interioridade da região.

Mas, por outro lado, considerando a percentagem de mulheres que, de entre a população concluiu o ensino superior, o panorama é mais favorável, revelando que são mais as mulheres do que os homens a possuir um curso superior, indicador de uma importante mudança social na forma de perspetivar a mulher.

Surge, no entanto, a necessidade de continuar a apostar no combate ao abandono escolar e na sensibilização dos/as jovens para a importância de uma igualdade de oportunidades plena, sobretudo no ensino secundário, onde as taxas de indivíduos que não concluíram o ensino secundário são muito elevadas.

Quadro 2. Educação e Formação por sexo

Concelho	Taxa de analfabetismo % (2011)		% de indivíduos que não terminaram o ensino secundário (2011)		% de mulheres nos indivíduos que terminaram curso superior	
	M	H	M	H	1960	2011
Alter do Chão	15	9,7	80,1	79,6	18,2	54,7
Avis	16,3	10	81,6	80,9	16,7	63,7
Crato	16,8	9,2	83,5	85,5	5,6	70,5
Fronteira	14,9	10,3	78,7	79,6	18,8	60,4
Gavião	20	10	86,6	88,6	4,8	65,5
Nisa	16	9,4	80,9	82,2	8,7	63,3
Ponte de Sor	15,7	8,4	76,5	80,8	12,5	66,9
Sousel	16,1	7,3	79	83,3	21,4	68,2

Fonte: PORDATA

5.3 Emprego e Remuneração

Também no domínio do emprego e da remuneração se registam fortes desigualdades de género entre homens e mulheres. Não só a taxa de emprego é mais desfavorável para as mulheres, como o ganho médio mensal e a remuneração média mensal é muito superior para os homens.

São os concelhos de Gavião, Ponte de Sor e Alter do Chão que evidenciam uma maior disparidade no ganho médio mensal de homens e mulheres. Em contrapartida, é o concelho do Crato aquele que apresenta uma menor disparidade.

São igualmente os concelhos de Ponte de Sor, Gavião e Alter do Chão aqueles que evidenciam uma maior disparidade na remuneração média mensal de homens e mulheres. Também neste indicador, é o concelho do Crato aquele que apresenta menor disparidade.

No que ao desemprego diz respeito, são as mulheres quem mais o enfrentam, o que as coloca numa situação de maior vulnerabilidade social comparativamente aos homens.

Quadro 3. Emprego e Remuneração por sexo

	Taxa de emprego % em 2016 ²		Ganhos médios mensais em 2013 ³		Remuneração média mensal em 2013 ⁴		Desemprego em 2017 ⁵	
	M	H	M	H	M	H	M	H
Alter do Chão	34,4	42,8	686,3	920,1	602,3	773,5	83	67
Avis	33	43,8	784,2	937	618,5	740,7	96	52
Crato	33,4	41,4	719,2	799,7	629,5	659,7	84	59
Fronteira	36,5	49,6	725,9	903,2	633,3	721,8	92	60
Gavião	24,7	35,3	640,4	924,6	601,4	778,2	67	58
Nisa	29,7	39,2	721,2	895,2	609,7	732,6	128	94
Ponte de Sor	34,7	45,9	766,6	1004,9	652,9	839,6	278	240
Sousel	35,2	48,4	701,1	808,5	595,5	654,4	107	58

² Fonte: PORDATA

³ Fonte: PORDATA

⁴ Fonte: PORDATA

⁵ Fonte: IEFP

5.4 Participação Política e Cívica

A participação das mulheres na esfera política é ainda modesta. Os dados apresentados no Quadro 4 revelam a grande disparidade no exercício do poder político entre homens e mulheres.

Das autarquias em análise, apenas Nisa é liderada por uma Presidente de Câmara.

Analisando em maior detalhe os órgãos políticos de cada Município (Câmara Municipal, Assembleia Municipal, Juntas de Freguesia e Assembleia de Freguesia), salientam-se os municípios de Crato e Nisa como aqueles em que há um maior número de mulheres na liderança.

Ainda assim, é modesta a presença das mulheres na esfera da política local, comparativamente à (pre)dominância dos homens.

Quadro 4. Participação na vida política por sexos - eleições autárquicas 2017 (Câmaras Municipais, Assembleias Municipais, Juntas de Freguesia e Assembleias de Freguesia)

Concelho	Candidatas/os							Eleitas/os								
	Câmara Municipal		Assembleia Municipal		Assembleias de Freguesia ⁶			Câmara Municipal		Assembleia Municipal		Juntas de Freguesia ⁷		Assembleias de Freguesia ⁸		
	M	H	M	H	M	H		M	H	M	H	M	H	M	H	
Alter do Chão	7	22	30	57			60	99	1	4	5	14	3	9	11	19
Avis	10	15	33	43			90	125	2	3	5	10	6	12	19	25
Crato	12	25	34	63			71	112	1	4	5	10	15	15	--	--
Fronteira	10	22	32	67			63	79	0	5	4	14	3	6	11	12
Gavião	10	16	34	41			59	87	1	4	8	11	4	8	11	19
Nisa	16	25	29	42			92	179	3	2	5	10	6	15	20	33
Ponte de Sor	17	32	44	84			106	179	2	5	7	19	4	13	20	27
Sousel	12	22	37	63			91	143	2	3	5	14	2	10	10	24

Fonte: Dados cedidos pelas Câmaras Municipais de Alter do Chão, Avis, Crato, Fronteira, Gavião, Nisa, Ponte de Sor e Sousel.

⁶ Os dados apresentados agrupam os/as candidatos/as de cada partido político às Assembleias de Freguesia existentes em cada município

⁷ Os dados apresentados agrupam os/as eleitos/as de cada partido político às Juntas de Freguesia existentes em cada município

⁸ Os dados apresentados agrupam os/as eleitos/as de cada partido político às Assembleias de Freguesia existentes em cada município

5.5 Violência Doméstica no Alto Alentejo Oeste

5.5.1 Dados sobre a Violência Doméstica e de Género no Alto Alentejo em 2016

Uma vez que este *Plano* se integra numa estratégia territorial de prevenção e combate à violência doméstica e de género, é essencial abordar e destacar a questão da problemática criminal da violência doméstica e de género no território.

A nível nacional, não obstante o número de participações criminais registadas pelos Órgãos de Polícia Criminal⁹ em 2016 ter apresentado uma diminuição de 7,1% face ao ano de 2015 (em 2016, foram registadas 330.872 participações), no que ao crime de violência doméstica respeita verificou-se uma tendência inversa, com um aumento de 1,4% face ao ano de 2015 (em 2016, foram registadas 22.773 participações).

No que ao distrito de Portalegre diz respeito, os dados relativos à criminalidade (geral) registada¹⁰ mostram o seguimento da tendência nacional, com uma diminuição de 7,5% face ao ano de 2015 (em 2016, foram registadas 3.163 participações, menos 255 que em 2015). De igual modo, esta tendência verifica-se quanto à criminalidade violenta e grave¹¹ participada, que diminuiu 13,1% em relação a 2016 (em 2016, foram registadas 93 participações, menos 14 que em 2015).

Quanto à categoria de crimes contra as pessoas, a nível nacional foram efetuados 80.929 registos criminais, registando-se, assim, uma descida de 0,6% face ao ano de 2015¹². Por sua vez, o distrito de Portalegre registou 1184 participações de crimes contra as pessoas, dos quais se destacam 352 participações por violência doméstica, 61 participações por crimes contra a liberdade e autodeterminação sexual e 29 participações por maus tratos¹³.

⁹ OPC's – GNR, PJ, PSP, SEF, PM, ASAE, AT e PJM.

¹⁰ Dados do Relatório Anual de Segurança Interna (IASI) 2016.

¹¹ Incluem-se aqui os homicídios voluntários consumados, as ofensas à integridade física voluntária grave, o rapto, a violação, os crimes de roubo, o crime de extorsão, pirataria, motim, associação criminosa e terrorismo.

¹² Dados do RASI 2016,

¹³ Dados do Tribunal Judicial da Comarca de Portalegre, Procuradoria da República – Coordenação, *Criminalidade 2016 – Crime de Violência Doméstica – Breve Análise*.

No que respeita aos oito municípios signatários deste Plano, na categoria de crimes contra as pessoas, foram registados 22 crimes em Alter do Chão, 53 crimes em Avis, 19 crimes em Crato, 20 crimes em Fronteira, 33 crimes em Gavião, 49 crimes em Nisa, 150 crimes em Ponte de Sor e 30 crimes em Sousel¹⁴.

Não obstante a tendência decrescente dos números de criminalidade geral, de acordo com os dados do RASI de 2016 relativos ao número de ocorrências registadas pela GNR e PSP como Violência Doméstica (independentemente de terem sido posteriormente qualificadas como outro tipo de crime mais grave, e.g., homicídio, violação, etc.), a tendência no distrito de Portalegre revela-se inversa no que respeita a este tipo de crime.

Em 2016, foram registadas 352 ocorrências classificadas como Violência Doméstica, o que revela um aumento 11,2%, em relação ao ano de 2015. Desta forma, as ocorrências classificadas como Violência Doméstica representam 11% do total de ocorrências criminais registadas no distrito de Portalegre durante o ano de 2016.

Tal número de ocorrências classificadas como Violência Doméstica resulta numa taxa de incidência de 3,2 por 1000 habitantes, o que faz do distrito de Portalegre aquele que apresenta maior taxa de variação positiva (aumento) registada a nível nacional. Não obstante, a referida taxa é só superior à taxa de incidência verificada a nível nacional de 2,64 e também se apresenta como a mais elevada em Portugal Continental.

Por sua vez, dados da Procuradoria da República do Tribunal Judicial da Comarca de Portalegre revelam que, no ano de 2016, deram entrada nos tribunais do distrito de Portalegre 352 processos pelo crime de violência doméstica¹⁵.

Ainda no ano de 2016, findaram nos tribunais do distrito de Portalegre, 171 processos por violência doméstica, dos quais 149 eram relativos a violência doméstica exercida no âmbito de relações de conjugalidade e análogas e 22 eram relativos a violência

¹⁴ Fonte: PORDATA.

¹⁵ Tribunal Judicial da Comarca de Portalegre, Procuradoria da República – Coordenação, *Criminalidade 2016 – Crime de Violência Doméstica – Breve Análise*.

doméstica exercida entre ascendentes e descendentes. Nestes 171 processos findos, 90% das vítimas eram mulheres (154), contra 10% de vítimas do sexo masculino (17).

Foi ainda possível apurar relativamente aos crimes por violência doméstica exercida entre ascendentes e descendentes que, 13 das vítimas eram mães, 6 eram filhos, 2 eram avós e 1 era sogra do(a) agressor(a).

Em concreto para aos oito municípios signatários deste plano, os dados registados no ano de 2016 sobre o crime de Violência Doméstica encontram-se assim distribuídos:

Quadro 5. N.º de crimes por violência doméstica e N.º de processos-crime por violência-doméstica registados por concelho em 2016

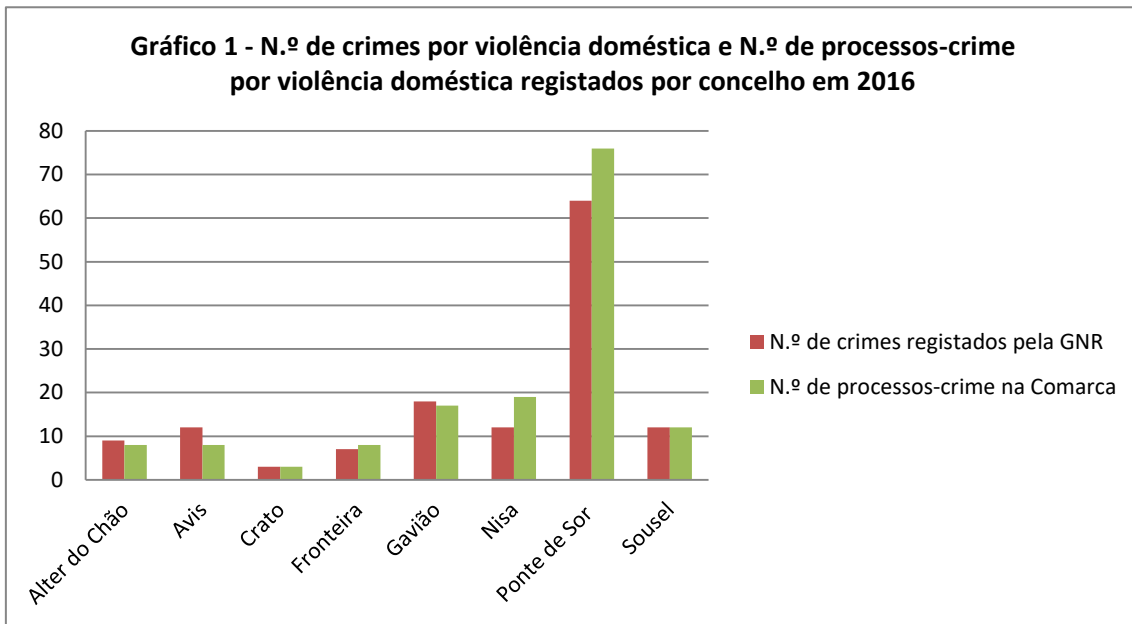
Município:	N.º crimes registados pela GNR ¹⁶ :	%	N.º de processos-crime registados ¹⁷ :	%
Alter do Chão	9	3%	8	2%
Avis	12	4%	8	2%
Crato	3	1%	3	1%
Fronteira	7	2%	8	2%
Gavião	18	6%	17	5%
Nisa	12	4%	19	5%
Ponte de Sor	64	22%	76	22%
Sousel	12	4%	12	3%
TOTAL (dos 8 municípios)	137	47%	151	43%
TOTAL (do distrito)	294 ¹⁸	100%	352	100%

¹⁶Dados obtidos com a colaboração da Secção de Informações e Investigação Criminal do Comando Territorial de Portalegre da Guarda Nacional Republicana.

¹⁷ Dados da Procuradoria da Comarca de Portalegre, referentes ao número de processos pelo crime de violência doméstica que deram entrada nos tribunais da Comarca de Portalegre no ano de 2016.

¹⁸ Fonte: PORDATA

Gráfico 1. Número de registo de ocorrências por violência doméstica em 2016, nos oito municípios



Importa assim referir que os 137 crimes de violência doméstica registados em 2016 pela GNR relativos aos municípios de Alter do Chão, Avis, Crato, Fronteira, Gavião, Nisa, Ponte de Sor e Sousel, representam 47% do total de registos distritais (294). Mais ainda, os 151 processos-crime por violência doméstica iniciados em 2016 representam 43% do total de processos iniciados no distrito (352). Tais dados vêm reforçar a predominância da problemática da violência doméstica e de género nestes 8 municípios, principalmente se for tido em conta que o distrito é composto por 15 municípios, dos quais os oito aqui em análise representam uma menor densidade populacional¹⁹.

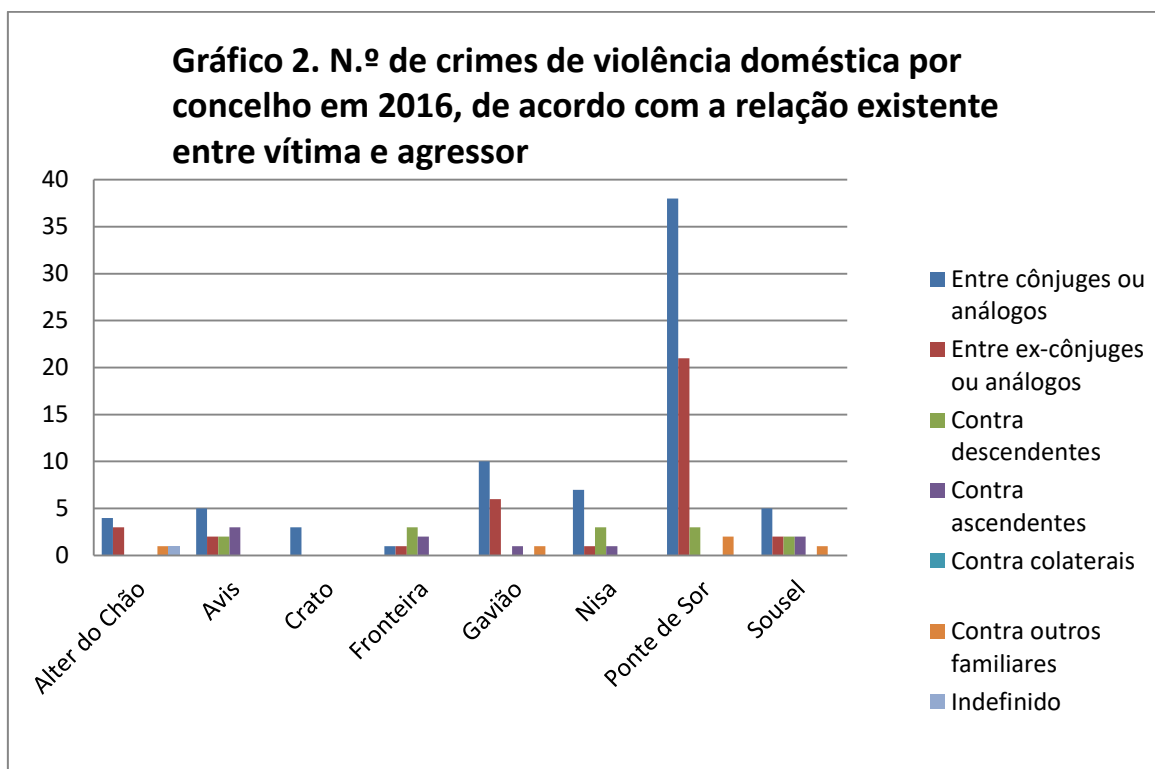
De acordo com os dados relativos ao número de crimes registados pela GNR nos oito concelhos (Quadro 6), verifica-se que, em 53% dos casos, a violência doméstica ocorre no seio de relações de conjugalidade e/ou análoga e, em 26% das ocorrências, no seio de ex-relacionamentos de conjugalidade ou análogos.

¹⁹ No ano de 2016, o número total de população residente nos concelhos de Avis, Alter do Chão, Crato, Fronteira, Gavião, Nisa, Ponte de Sor e Sousel é de 44.438. Por sua vez, nos restantes 7 concelhos do distrito de Portalegre (Arronches, Campo Maior, Castelo de Vide, Elvas, Marvão, Monforte e Portalegre) o número total de população residente é de 64.978. Fonte: PORDATA.

Quadro 6. N.º de crimes por violência doméstica registados por concelho em 2016, de acordo com a relação existente entre vítima e agressor

Tipo de Relação	Alter do Chão	Avis	Crato	Fronteira	Gavião	Nisa	Ponte de Sor	Sousel
Entre cônjuges ou análogos	4	5	3	1	10	7	38	5
Entre ex-cônjuges ou análogos	3	2	0	1	6	1	21	2
Contra descendentes	0	2	0	3	0	3	3	2
Contra ascendentes	0	3	0	2	1	1	0	2
Contra Colaterais	0	0	0	0	0	0	0	0
Contra outros familiares	1	0	0	0	1	0	2	1
Indefinido	1	0	0	0	0	0	0	0
Total	9	12	3	7	18	12	64	12

Fonte: Dados obtidos com a colaboração da Secção de Informações e Investigação Criminal do Comando Territorial de Portalegre da Guarda Nacional Republicana

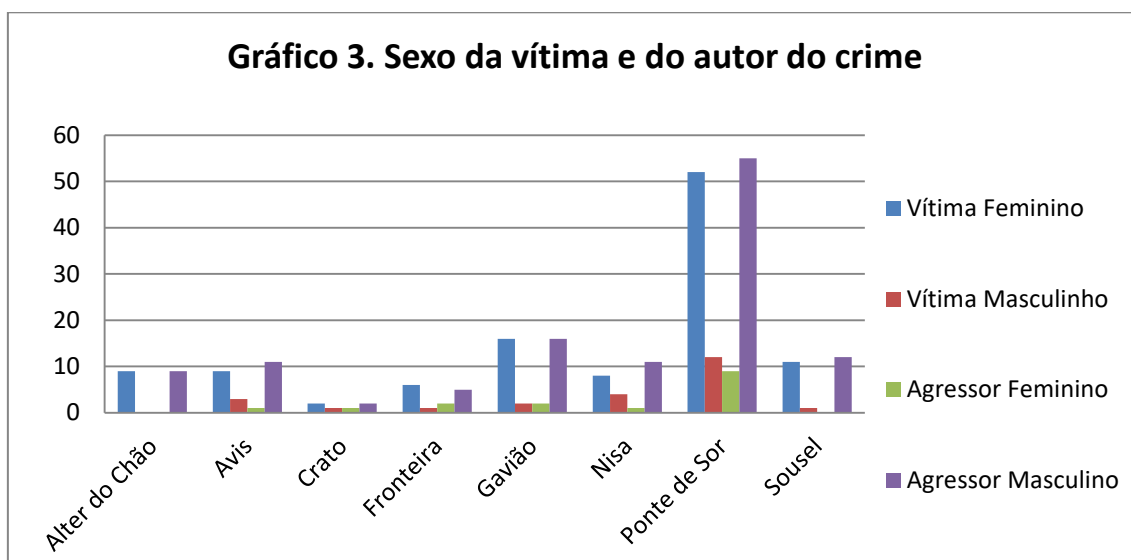


Verifica-se que, do total dos 137 crimes registados pela GNR, em 88,3% dos casos os agressores são do sexo masculino e em 82,5% as vítimas são do sexo feminino.

Quadro 7. Sexo das vítimas e dos agressores nos crimes por violência doméstica registados em 2016 por concelho

		Alter do Chão	Avis	Crato	Fronteira	Gavião	Nisa	Ponte de Sor	Sousel
Vítima	Feminino	9	9	2	6	16	8	52	11
	Masculino	0	3	1	1	2	4	12	1
Agressor	Feminino	0	1	1	2	2	1	9	0
	Masculino	9	11	2	5	16	11	55	12

Fonte: Dados obtidos com a colaboração da Secção de Informações e Investigação Criminal do Comando Territorial de Portalegre da Guarda Nacional Republicana

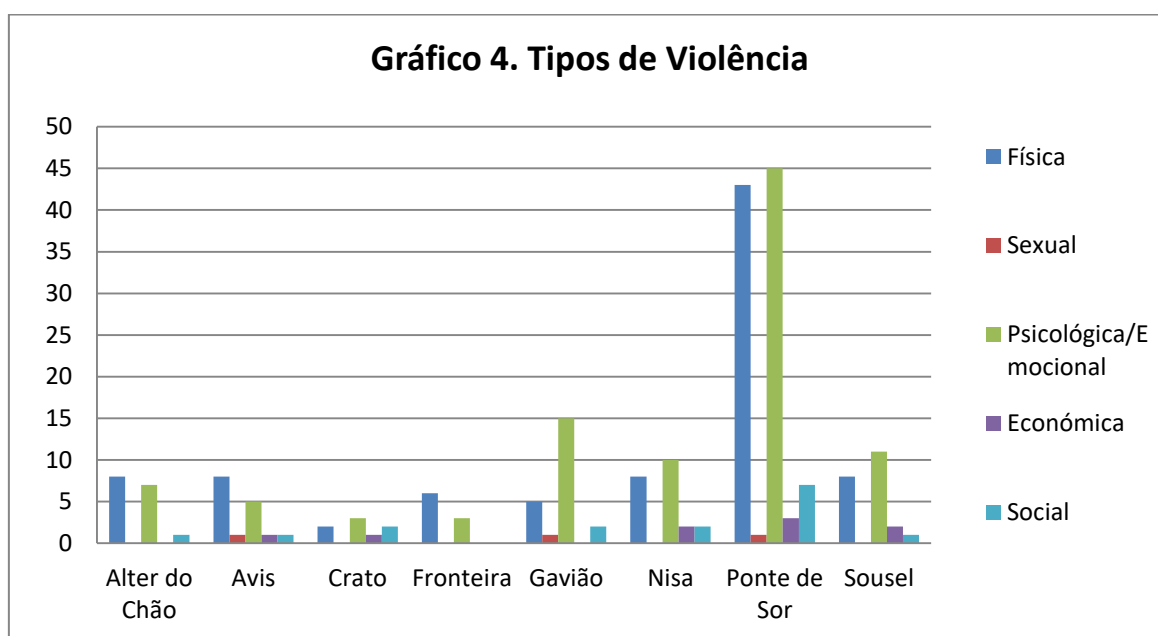


Relativamente ao tipo de violência exercida pelos agressores sobre as vítimas (Quadro 8), em 46% dos crimes registados, são relatados episódios de violência psicológica e, em 41% das ocorrências, verifica-se o exercício de violência física. Não obstante serem estes últimos os tipos mais comuns de violência exercida, foram também registados crimes por violência doméstica que envolveram violência sexual, económica e social.

Quadro 8. Dados, por município, sobre o tipo de violência exercida nas ocorrências registadas em 2016.

Tipo de Violência	Alter do Chão	Avis	Crato	Fronteira	Gavião	Nisa	Ponte de Sor	Sousel
Física	8	8	2	6	5	8	43	8
Sexual	0	1	0	0	1	0	1	0
Psicológica/Emocional	7	5	3	3	15	10	45	11
Económica	0	1	1	0	0	2	3	2
Social	1	1	2	0	2	2	7	1

Fonte: Dados obtidos com a colaboração da Secção de Informações e Investigação Criminal do Comando Territorial de Portalegre da Guarda Nacional Republicana



De salientar que, apesar do aumento do número de ocorrências de violência doméstica no ano de 2016, não foram registados femicídios ou homicídios ocorridos no seio familiar e em consequência da prática de atos de violência doméstica.

5.5.2 O Apoio da APAV a vítimas de crime em 2016

De acordo com o seu Relatório Anual 2016, a APAV registou 12.450 processos de apoio à vítima, nos quais se identificaram 9.347 vítimas diretas de 21.315 crimes e outras

formas de violência, originando um total de 35.411 atendimentos. Face aos últimos 3 anos, conclui-se que a APAV registou um aumento de 8,1% no número de atendimentos.

Relativamente aos crimes e outras formas de violência registados, são os crimes contra as pessoas que absorvem maior dimensão (93,3% face ao total), assumindo maior destaque o crime de violência doméstica, na forma de maus tratos físicos e psíquicos, que representam cerca de 77%. No âmbito das outras formas de violência, o destaque vai para o stalking / assédio persistente, com cerca de 400 registos (1,9%). Quanto aos crimes contra o património, foi o crime de dano que mais se evidenciou (173; 0,8%).

Das 9.347 vítimas de crime que recorreram aos serviços da APAV no ano de 2016, 81,9% eram do sexo feminino, tinham idades compreendidas entre os 25 e os 54 anos (40,6%), eram sobretudo casadas (29%) e com um tipo de família nuclear com filhos/as (35%). Relativamente à escolaridade, o ensino superior evidenciava-se (7,4%) face aos restantes graus de ensino conhecidos. Cerca de 29% destas vítimas exercia uma atividade profissional.

No que ao distrito de Portalegre diz respeito, em 2016, foram apoiadas 33 vítimas que ali residiam, correspondendo a 0,4% das vítimas apoiadas pela APAV ao nível nacional, sendo este o distrito com menor número de vítimas apoiadas pela APAV. Tal facto poderá ter sido reflexo da ausência de uma estrutura de atendimento da APAV no Alto Alentejo, o que viria a acontecer mais tarde, em maio de 2017, com a implementação do Gabinete de Apoio à Vítima (GAV®) do Alto Alentejo Oeste.

5.5.3 Dados sobre a Violência Doméstica e de Género no Alto Alentejo Oeste no 1º semestre de 2017

Quanto ao **primeiro semestre de 2017**, foram registados no distrito de Portalegre 604 participações de crimes contra as pessoas, dos quais se destacam 150 participações por violência doméstica, 138 participações por ofensas à integridade física, 42 participações por crimes contra a liberdade e autodeterminação sexual e 18 participações por maus tratos.

Contudo, os dados recolhidos permitem afirmar que, dos 150 crimes de violência doméstica²⁰ participados, ocorreram 27 participações no Juízo de Competência Genérica de Ponte de Sor, 22 no Juízo de Competência Genérica de Fronteira, 9 no Juízo de Competência Genérica de Nisa, 39 no Juízo Local Criminal de Portalegre e 53 no Juízo Local Criminal de Elvas²¹.

Ainda relativamente ao primeiro semestre de 2017, importa reter que findaram 77 processos por violência doméstica, dos quais 10 eram relativos a violência doméstica exercida entre ascendentes e descendentes. Nestes 77 processos findos, 88% das vítimas eram mulheres (59), contra 12% de vítimas do sexo masculino (8). Foi também possível apurar que, dos 67 processos por violência doméstica em relações de conjugalidade, 31 ocorreram entre ex-cônjuges ou ex-unidos de facto e 28 dos casos entre cônjuges ou unidos de facto. Relativamente aos crimes por violência doméstica exercida entre ascendentes e descendentes, 6 das vítimas eram pais do agressor, 3 eram filhos do agressor e em apenas um caso a vítima era avó do agressor.

Apesar dos dados referentes ao primeiro semestre de 2017 apenas serem passíveis de análise por Juízo de Competência Genérica ou Juízo Local Criminal, importa referir que 32,6% dos 150 processos participados por violência doméstica deram entrada nos Juízos de Competência Genérica de Ponte de Sor e de Fronteira, cuja área de competência abrange, exclusivamente, seis dos oito municípios participantes neste *Plano*, o que vem ainda mais reforçar a predominância da problemática da violência doméstica e de género neste território.

Ao nível dos 8 municípios protocolados e segundo os dados disponibilizados pelo Comando Territorial de Portalegre da GNR, observam-se um maior nº de ocorrências no concelho de Ponte de Sor

5.5.4 O apoio da APAV a vítimas de crime no Alto Alentejo Oeste em 2017

²⁰ Dados do relatório semestral (01.01.2017 a 30.06.2017) do Ministério Público do Tribunal Judicial da Comarca e Portalegre.

²¹ As áreas de competência territorial dos Juízos Locais são as seguintes: Juízo de Competência Genérica de Fronteira - municípios de Alter do Chão, Avis, Fronteira e Sousel; Juízo de Competência Genérica de Ponte de Sor – municípios de Gavião e Ponte de Sor; Juízo de Competência Genérica de Nisa – municípios de Castelo de Vide e Nisa; Juízo Local Criminal de Portalegre – municípios de Arronches, Crato, Marvão, Monforte e Portalegre; Juízo Local Criminal de Elvas – municípios de Campo Maior e Elvas.

A implementação de uma estrutura de atendimento da APAV a vítimas de crime no Alto Alentejo Oeste é anunciada com a assinatura do *Protocolo para Uma Estratégia de Combate à Violência Doméstica e de Género*, tal como referido no ponto 2 deste documento.

A 10 de maio de 2017, é inaugurado o Gabinete de Apoio à Vítima do Alto Alentejo Oeste (GAV[®] do Alto Alentejo Oeste), com sede em Ponte de Sor e atendimento em itinerância, uma vez por semana, em mais sete concelhos, a saber: Alter do Chão, Avis, Crato, Fronteira, Gavião, Nisa e Sousel.

De acordo com as Estatísticas APAV 2017 – Gabinete de Apoio à Vítima do Alto Alentejo Oeste, no período compreendido entre maio e dezembro de 2017, o GAV[®] do Alto Alentejo Oeste registou um total de 70 processos de apoio à vítima e 61 vítimas diretas de crime e outras formas de violência. Foram ainda identificados 219 crimes e outras formas de violência, com destaque para os crimes contra as pessoas, com uma dimensão de cerca de 88,1% face ao total. De entre estes, salienta-se o crime de violência doméstica, na forma de maus tratos físicos e de maus tratos psíquicos.

Considerando os tipos de apoio prestados pela APAV, destaca-se o apoio jurídico como o mais assinalado (35%), seguindo-se o apoio genérico (30,2%), o apoio social (21,5%) e o apoio psicológico (12,8%).

O trabalho de cooperação e multidisciplinaridade existente no trabalho diário da APAV reflete-se na frequência com que o GAV[®] do Alto Alentejo Oeste coopera com outras entidades que direta ou indiretamente trabalham com vítimas de crime. Em 2017, a GNR foi a entidade que mais cooperou com a APAV (26,7%), seguindo-se a Unidade Local de Saúde do Norte Alentejano, através das suas diversas unidades de saúde (6,7%), e as Comissões de Proteção de Crianças e Jovens (6,7%).

Maioritariamente e ao contrário dos restantes GAV[®] da APAV, os pedidos de apoio chegam ao GAV[®] do Alto Alentejo Oeste presencialmente, através das próprias vítimas/utentes (53%), seguindo-se a preferência pelo contacto telefónico (32,5%).

Dos 70 processos assinalados pelo GAV[®] do Alto Alentejo Oeste, em 87% das situações sinalizadas (n=61) verificava-se a existência de crime. Das 61 vítimas de crime, 90% eram do sexo feminino, com idades acima dos 55 anos (32,8%), casadas (39,3%), inseridas numa tipologia de família nuclear com filhos (41%), com uma escolaridade que maioritariamente se situa ao nível do 1^º (9,8%) e 3^º ciclos (13,1%) e cujo principal meio de vida é o trabalho (19,4%) ou a pensão/reforma (19,4%).

No que respeita à distribuição do número de vítimas apoiadas no Alto Alentejo Oeste (Quadro 9 e Gráfico 5), destaca-se o concelho de Ponte de Sor como aquele em que se registou um maior número de vítimas apoiadas (21; 34,4%), seguindo-se os concelhos de Gavião (6; 9,8%) e Sousel (5; 8,2%).

Quadro 9. Gabinete de Apoio à Vítima do Alto Alentejo Oeste, vítimas apoiadas 2017

Concelhos	N	%
Alter do Chão	4	6,6
Avis	2	3,3
Campo Maior	1	1,6
Crato	3	4,9
Elvas	1	1,6
Estremoz	1	1,6
Fronteira	1	1,6
Gavião	6	9,8
Loulé	1	1,6
Nisa	5	8,2
Ponte de Sor	21	34,4
Portalegre	2	3,3
Reguengos de Monsaraz	1	1,6
Sousel	5	8,2
Não sabe/Não responde	7	11,5
Total	61	100

Fonte: Estatísticas APAV 2017 – Gabinete de Apoio à Vítima do Alto Alentejo Oeste

Veja-se o Gráfico 5, que visualmente informa acerca das diferentes proporções de vítimas apoiadas pelo GAV® do Alto Alentejo Oeste nos diferentes concelhos.



5.6 Caracterização por concelho

Alter do Chão

O concelho de Alter do Chão situa-se no distrito de Portalegre e ocupa uma área de 362 km². É constituído por 4 freguesias: Alter do Chão, Chancelaria, Cunheira e Seda. A população residente em 2016, e segundo estimativa publicada pela PORDATA, era de 3286 habitantes, o que em termos de densidade populacional é de 9,2 habitantes/km².



Em 2011 a população residente cifrava-se em 3562 habitantes. Esta pequena síntese irá focar-se nos dados dos Censos 2011 e nas temáticas da Educação, Emprego e Violência Doméstica em análise no ponto 5.

Relativamente aos indicadores de escolaridade da população residente em 2011, e em apenas 2 aspetos: analfabetismo e o ensino secundário incompleto, as taxas eram as seguintes e segundo os censos: população residente com 10 ou mais anos analfabeto: 11,62%; enquanto a da população com 15 ou mais anos sem o ensino secundário completo situa-se nos 79,9% (ponto 4, quadro 2). São indicadores preocupantes, no entanto que deverão ser contextualizados em duas grandes realidades demográficas: envelhecimento populacional e despovoamento. Sem ter em conta estas duas variáveis a leitura e a perceção dos números será enviesado.

No que diz respeito à situação face ao emprego (ponto 4, quadro 3), e tendo em conta que em 2011 a população ativa fixava-se em 39,58%, a taxa de desemprego era de 5,33%, não sendo estatisticamente expressiva a diferença entre sexos, 2,61% para os homens e 2,72% para as mulheres.

A percentagem da população empregada, em 2011, era de 34,25%, sendo que a diferença entre homens e mulheres era maior, com o sexo feminino a registar taxas de emprego menores que o masculino. A diferença situava-se em -1,78% de mulheres a trabalhar relativamente aos homens respetivamente: 16,22% e 18%.

Em termos de renumeração base média mensal dos trabalhadores por conta de outrem, os homens auferiam 803,10 euros enquanto as mulheres 609,70 euros, representando uma diferenciação salarial negativa para o sexo feminino na ordem dos – 24,09%. Esta situação reflete uma tendência abundantemente estudada e reconhecida, ultrapassando fronteiras e continentes e que não encontra qualquer tipo de justificação aceitável para a sua existência e persistência.

Avis

O concelho de Avis integra a NUT III Alto Alentejo, tem uma extensão de 606 Km², é constituído por quatro freguesias (Aldeia Velha, Avis, Ervedal e Figueira e Barros) e duas Uniões de Freguesia, originadas pela reforma administrativa de 2012 (Alcórrego e Maranhão; Benavila e Valongo).

O concelho de Avis apresentava, em 2016 (PORDATA,2016), uma população residente estimada de 4363 habitantes, traduzindo uma densidade populacional de 7,3 hab/Km².



Tal como a generalidade dos territórios da sub-região e dos territórios do interior, o concelho tem vindo a perder população ao longo dos anos e esta é constituída por uma elevada percentagem de população envelhecida, apresentando em 2016 um índice de envelhecimento de 302,0%. Sendo que o aumento da população idosa e a diminuição da população jovem leva ao incremento dos níveis de dependência, que acrescem as problemáticas próprias deste grupo populacional.

Relativamente ao índice de dependência em 2016, verificamos que o índice de dependência dos idosos é de 48,2% e o índice de dependência dos jovens é de 16%.

Os níveis de escolaridade da população têm vindo a aumentar, entre 2001 e 2011 a população com Ensino secundário passou de 7,7% para 11,7% e a população com ensino superior passou de 2,9% para 6,4%. No entanto, Avis apresentava baixos níveis de qualificação da população, em 2011, 80,9% dos homens e 81,6% das mulheres não tinham o ensino secundário completo (ponto 4, quadro 2).

A população analfabeta tem vindo a diminuir de forma drástica. Entre 1981 e 2011, a variação da população residente analfabeta com 10 e mais anos segundo os Censos foi

superior a 40%. Não devemos esquecer que em 1961, 71% da população não possuía qualquer nível de escolaridade e em 2011 esta percentagem caiu para 20,9%. Antes de ser implementada a escolaridade obrigatória apenas 27,2% da população possuía o 1º Ciclo do Ensino Básico ou seja apenas 1,6% da população tinha níveis de ensino superior ao 1º Ciclo. Esta realidade muda substancialmente com a implementação da escolaridade obrigatória. Ao longo das últimas décadas a população tem vindo a obter maiores níveis de escolaridade, ainda assim, a taxa de analfabetismo apresenta valores mais elevados do que os da sub-região. Existindo uma grande disparidade relativamente à taxa de analfabetismo por género. Em 2011, as mulheres apresentavam uma taxa de analfabetismo de 16,3% e os homens de 10,0% (ponto 4, quadro 2).

No que se refere ao ensino superior verificamos que houve um aumento na percentagem de mulheres que completaram este nível de ensino. Comparando o ano de 1960 e 2011, as mulheres com ensino superior passaram de 0,1% para 7,8%, enquanto os homens passaram de 0,4% para 4,9%.

Avis está inserida numa região de elevado valor paisagístico, com um considerável património arqueológico e histórico o que constitui um potencial assinalável para o desenvolvimento cultural e turístico da região. A albufeira do Maranhão e a ribeira de Seda são locais muito apreciados no concelho para a prática de desportos náuticos, mas também pela fauna e flora associadas que motivam diversos passeios, nomeadamente para observação de aves autóctones. Considera-se assim que o território possui dois recursos estruturantes que concorrem para a sua diferenciação perante os territórios vizinhos mas que são, simultaneamente, fator de integração territorial. Referimo-nos ao Património (quer edificado quer imaterial) e à Albufeira do Maranhão. Deste modo, quer um quer outro são alvo de uma proteção especial, o Plano de Pormenor de Salvaguarda e Valorização do Centro Histórico de Avis (Regulamento n.º 135/2008, de 18 de Março de 2008) e o Plano de Ordenamento da Albufeira do Maranhão (Resolução do Conselho de Ministros n.º 117/99, de 6 de outubro).

No cômputo da sub-região, o concelho de Avis apresenta uma das mais elevadas taxas de estadia nos estabelecimentos hoteleiros. Assim, de acordo com os dados do INE (Anuário Estatístico, 2016) o Concelho, em 2016, apresenta a estadia média mais

elevada da sub-região, com 2,4 noites de estadia nos estabelecimentos de alojamento, o que revela a atratividade deste território e o esforço empreendido pelas entidades públicas e pelos agentes privados no combate à sazonalidade turística.

Em 2011 (Censos), a população ativa é constituída por 1842 indivíduos, sendo que existem dois grupos etários com maior relevância, população entre os 35 e os 44 anos (490 indivíduos) e entre 45-54 anos (488 pessoas). Verifica-se que a taxa de atividade é de 53% para os homens e 47% para as mulheres.

O setor de atividade mais representativo é o setor terciário (64%), seguindo-se o setor primário (19%) e depois o secundário (16%).

Analisando o emprego verificamos que em outubro de 2017, o concelho de Avis tinha 68 homens e 115 mulheres registados/as no Centro de Emprego. A taxa de emprego em 2013 evidenciava uma fraca disparidade entre homens e mulheres, uma vez que se situava nos 86,80% para os homens e 80,69% para as mulheres, o que poderá apontar para uma maior independência económica das mulheres. As mulheres que trabalhavam por conta de outrem apresentavam ganhos médios mensais, em 2013, muito mais reduzidos que os homens. Enquanto os homens recebiam em média 937,0€, as mulheres não passavam dos 784,2€, havendo uma variação de -133,7€. No que se refere à remuneração média mensal, as mulheres conseguiam 618,5€ e os homens chegavam aos 740,7€.

De acordo com as listas das candidaturas à Câmara Municipal e respetivos resultados eleitorais – Eleições Autárquicas 2017 - verificamos que para 15 homens candidatos tínhamos 10 mulheres candidatas (ponto 4, quadro 4), o que se traduz em 40% de mulheres. No entanto, ainda assim, acima dos valores impostos pela legislação (representação mínima de 33,3% de cada um dos sexos nas listas).

Crato

À semelhança dos Municípios do interior, o Crato apresenta traços de uma população envelhecida, de perda de população residente e baixa densidade populacional.

É um Município caracteristicamente rural, com 4 freguesias, depois da reorganização territorial, que uniu as freguesias de Crato, Vale do Peso e Flor da Rosa numa única freguesia, e as juntou às já existentes Gáfete, Monte da Pedra, Aldeia da Mata e Flor da Rosa.



Está situado no centro do Distrito de Portalegre, tocando geograficamente os concelhos de Alter do Chão, Monforte, Nisa, Castelo de Vide, Gavião, Ponte de Sor e Portalegre. À exceção de Ponte de Sor, Portalegre e Nisa, tem um peso demográfico semelhante aos dos concelhos limítrofes.

Possui uma taxa de natalidade a rondar os 7 nascimentos por cada 1000 habitantes e uma taxa de mortalidade de 28 óbitos por 1000 habitantes (INE, 2011).

A idade média da população residente ronda os 52 anos de idade e tende a atingir valores cada vez maiores, como reflete o índice de envelhecimento, que revela que por cada 100 jovens (idades entre os 0 e os 14 anos) existem aproximadamente 374 idosos (+65 anos).

A população residente tem vindo a diminuir progressivamente desde 2002, tal como a densidade populacional, em consequência. Em 2002 residiam no Município do Crato

4246 habitantes (10.9hab/km) sendo que em 2012 o número se situava nos 3593 habitantes (9hab/km). Na totalidade perderam-se 653 habitantes em 10 anos.

A pouca oferta de formação académica superior, a escassez de emprego, a baixa natalidade que não é suficiente para renovar gerações, e a fraca capacidade para atrair pessoas ou investimento, salvo alguma atração sazonal (no Verão e épocas festivas) podem estar na origem da situação.

O maior número de homens situa-se no escalão etário dos 60-64 anos, enquanto o das mulheres se situa nos 75-79 anos.

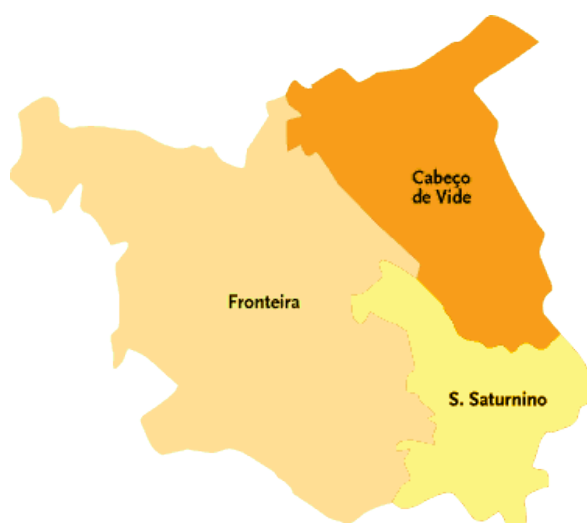
A população é pouco escolarizada, uma vez que a maioria apenas completou o 1.º ciclo do ensino básico (34,39%) ou não possui qualquer nível de escolaridade completo (25,13%). Da população residente que não concluiu nenhum nível de ensino destacam-se os indivíduos do sexo feminino (575) por comparação com os do sexo masculino (357). Contudo, num nível de ensino superior, os indivíduos do sexo feminino (136) superam os do sexo masculino (57). Em 2011, dos 297 jovens do concelho com idades entre os 20 e os 30 anos, formaram-se com grau de estudos superiores 62 deles, pertencendo 15 ao sexo masculino e 47 ao sexo feminino.

Se existe uma maior proporção de mulheres a atingir níveis de instrução mais elevados é difícil compreender porque são elas que representam maior número de inscrições no IEFP (2013) e simultaneamente ocupam, em menor número, cargos diretivos ou de chefia, baixa participação cívica, de liderança ou ação política, sendo ainda as maiores vítimas do crime de violência doméstica.

Fronteira

O concelho de Fronteira, com 3410 habitantes em 2011, dividida por três freguesias que o constituem: Freguesia de Fronteira, Freguesia de Cabeço de Vide e Freguesia de São Saturnino.

Sendo a freguesia de Fronteira a que tem maior área geográfica e maior densidade populacional. Seguindo-se a freguesia de Cabeço de Vide e por último a freguesia de São Saturnino.



Tendo em conta a última década censitária, este município tem vindo a sofrer um acentuado decréscimo populacional, estando este intimamente relacionado com a perda de população, fruto de uma população envelhecida e de uma crise económica que provoca alterações na renovação das gerações. Paralela e consequentemente, o envelhecimento da população tem-se vindo a agravar, com um cada vez menor peso dos jovens e uma maior proporção de idosos.

O concelho de Fronteira apresenta, à semelhança de outros concelhos do interior rural do país, uma economia débil.

Dedicada ao longo de anos à agricultura e à pecuária, o concelho desenvolveu uma forte tendência para se expandir, quase unicamente, no setor primário responsável pela produção de bens de consumo, mediante o cultivo de plantas e criação de animais. Estas explorações, outrora grandes empregadoras, quer por via das novas culturas quer pelas

técnicas de mecanização sucessivamente introduzidas deixaram de ter o impacto que tinham na criação de postos de trabalho. A sazonalidade do trabalho agrícola levou a que muitos dos assalariados rurais tivessem de procurar outra forma de obtenção de rendimentos, num Concelho onde a oferta de trabalho é residual.

Neste contexto, é o setor terciário que emprega a maioria da população ativa, sendo a administração pública e o setor da assistência social os principais empregadores do município.

Para fazer face a este cenário de estrutural debilidade, têm sido tomadas medidas para contrariar e minimizar as dificuldades, nomeadamente ao nível da melhoria da qualidade de vida dos residentes, com a qualificação dos equipamentos coletivos e a criação de espaços públicos diversificados, com uma oferta habitacional de qualidade, com investimentos no setor turístico e uma variedade cultural. Permitindo, desta forma melhores condições de atratividade e de fixação da população.

Investiu-se, no Concelho, na criação de condições para a fixação de empresas com objetivo dinamizar e diversificar a economia local, são disso exemplo a criação de Zonas Industriais de Fronteira e Cabeço de Vide. Pretendeu-se com a criação destes espaços melhorar as condições para a instalação de empresas locais e, sobretudo, para a atração de empresas/empresários vindos do exterior do Concelho.

Apesar de incipiente o Parque Industrial local permitiu a instalação de algumas pequenas empresas que contribuíram para o reforço de empregabilidade no Concelho.

As empresas do Concelho na sua maioria microempresas são o grande motor permitindo a criação de alguns postos de trabalho que responde, sobretudo, a necessidades do seio familiar.

O Concelho de Fronteira apresenta uma base industrial muito fraca e pouco geradora de empregos, dada a riqueza de solos na área envolvente, existe pouca exploração agrícola direcionada para a industrialização ou comércio.

O terceiro setor (serviços, comércio, turismo etc.) é o que mais se tem expandido por todo o Concelho. Os cafés, restaurantes, lojas, algumas unidades de turismo (três casas de campo, uma unidade de agro-turismo e uma de turismo de habitação), a par dos

serviços desconcentrados Administração, Saúde, Educação, Comunicações, Banca e Seguros, têm contribuído para o acréscimo deste setor. Do ponto de vista de empregabilidade este setor tem contribuído, no seu todo, para uma ainda que limitada variação de postos de trabalho sendo que no setor do comércio e restauração continuam a ter a mão-de-obra familiar aquela que é, preferencialmente, recrutada.

Uma das prioridades/preocupações identificadas pelos parceiros sociais mencionam é a falta de oportunidades de trabalho no Concelho.

A atual conjuntura económica do país tem contribuído fortemente para um estado de desemprego acentuado. No Concelho de Fronteira, tal como no país, o número de desempregados tem vindo a aumentar gradualmente ao longo dos últimos anos, situação em contraponto com a diminuição do número de empresas no Concelho e a consequente redução dos postos de trabalho disponíveis.

Gavião

O concelho de Gavião, pertence ao distrito de Portalegre, está situado no Norte Alentejano, na confluência do Alentejo com o Ribatejo e a Beira Interior, partilhando, com estas duas províncias, o Rio Tejo.

Localiza-se no Centro do País, estando limitado a norte pelo concelho de Mação, a sul pelos concelhos de Crato e Ponte de Sor, poente pelo concelho de Abrantes e a nascente pelo concelho de Nisa.

Ocupa uma superfície de 293,547Km² os quais se distribuem pelas suas quatro freguesias: Gavião e Atalaia (77,20Km²), Belver (69,71Km²), Comenda (89,85Km²), e Margem (56,79Km²).



Com uma riqueza patrimonial ímpar e uma diversidade de recursos turísticos desde a paisagem, à gastronomia e ao património edificado e natural, Gavião é aliás o único concelho do Alentejo que se estende acima do Rio Tejo, convidando assim a passeios e atividades ao ar livre.

No entanto, tem as características do interior do país; composto por uma vasta zona rural, desertificada e envelhecida, revelando particularidades acentuadas da interioridade traduzidas no contexto socioeconómico da região que se traduz na vida

das populações e nos fatores inerentes que daí advém, como o isolamento social e o envelhecimento.

Relativamente à população residente, os Censos de 2011, referenciavam um total de 4132 habitantes, sendo 52,8% do sexo feminino (2181) e 47,2% do sexo masculino (1951). Trata-se de um concelho com um índice de envelhecimento bastante elevado, Segundo a PORDATA, em 2016 o índice atingiu os 443,6 %. Refira-se que para o total da população com menos de 19 anos em 2016, 426 crianças e jovens, a população com 65 anos ou mais é de 1310.

Apesar dos esforços levados a cabo pelo Município, através, da criação de incentivos à fixação de famílias, no âmbito da natalidade e da habitação, continua a verificar-se uma perda acentuada da população, principalmente a população mais jovem e em idade ativa, Por isso em 2016, a densidade populacional situava-se apenas nos 12,2 habitantes por Km², segundo dados da PORDATA.

No que respeita às questões da educação (ponto 4, quadro 2), verificam-se algumas desigualdades consoante o género a que se pertence, segundo os últimos Censos de 2011, numa taxa de analfabetismo em que o total é de 15,4%, 20% são mulheres e 10% são homens. No mesmo ano, se analisarmos a população que não completou o ensino secundário podemos constatar uma ligeira mudança, mesmo que pequena, são mais os homens que não completaram o ensino secundário (88,8%) do que as mulheres (86,6%). Essa mudança pode constatar-se também na percentagem de homens e mulheres com ensino superior, 4,7% das mulheres concluíram o ensino superior em 2011, ao passo que aproximadamente metade dos homens (2,8%) concluiu.

O concelho apresenta um baixo tecido empresarial, problema esse que afeta o nível de desenvolvimento económico, sendo a maioria das empresas instaladas de pequena dimensão, o que por sua vez, como não podia deixar de ser afeta também as questões relacionadas com o emprego da população. Segundo os Censos de 2011, existem mais mulheres com maior qualificação, temos mais homens empregados (35,3%) do que mulheres (24,7%) e a remuneração mensal também é superior nos homens (778,2) comparativamente com as mulheres (601,4).

Nisa

O concelho de Nisa, no distrito de Portalegre, localiza-se no Alentejo (NUT II), no Alto Alentejo (NUT III), e integra a Comunidade Intermunicipal do Alto Alentejo (CIMAA), Ocupa uma área de 574,8 km² e é constituído por 7 Freguesias - Alpalhão, Montalvão, S. Matias, Santana, Tolosa; União de Freguesias de Arez e Amieira do Tejo; União de Freguesias de Espírito Santo, Nossa Senhora da Graça e S. Simão.

53



O concelho encontra-se limitado a Norte pelo Rio Tejo (Vila Velha de Ródão), numa extensão de 43Km, e pelo Rio Sever que separa Portugal de Espanha (Ayuntamiento de Cedillo), faz fronteira a oeste com o concelho de Gavião, a sul com o concelho do Crato, a este pelo concelho de Castelo de Vide e a oeste pelo concelho de Gavião.

As dinâmicas da população acompanham as do distrito e da região do Alentejo, a tendência tem sido de decréscimo populacional, com uma diminuição da população no Município, de -13% entre 1991 e 2001, que se manteve ainda entre 2001 e 2011 (13,2%). Outra característica que se destaca é o envelhecimento demográfico, onde a população idosa representa, em 2011, 38% do total da população e os jovens até aos 14 anos, apenas 9,5%.

Segundo os Censos de 2011 o Município de Nisa tinha 7450 habitantes, No entanto os cenários prospetivos, indicam a contínua tendência de diminuição populacional, que se vem registando já há 25 anos.

Quanto ao emprego por setores de atividade, o comércio e a reparação de veículos automóveis e motociclos ocupam 21,50% da população, enquanto a agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca cifra-se nos 19,10% e as indústrias transformadoras 13,10%.

No que concerne ao volume de negócios empresarial segundo dados estatísticos de 2016 do INE, aponta para um predomínio do comércio (44,51%), seguindo-se da agricultura (9,70%) e serviço de transportes (6,07%) é dominado pelo comércio.

Na área do concelho são identificados vários produtos tradicionais de qualidade já certificados ligados ao setor primário, que importa proteger e promover de forma a criar condições necessárias à sua sustentabilidade e competitividade. De uma vasta gama de produtos agroalimentares que englobam os vinhos, azeites, carne de suíno e respetivos enchidos tradicionais, destacando-se o queijo (queijo de Nisa e queijo mestiço de Tolosa) por ser aquele que melhor identifica o concelho.

A recente aprovação da Marca “éNisa” pretende dar maior ênfase aos produtos endógenos e incentivar a produção tradicional como elemento identificador de um concelho conhecido pela especificidade, entre outros da olaria, do queijo e enchidos e dos bordados e feltros genuinamente artesanais.

O setor do turismo é transversal a todos os outros, destacando-se como potencialidades a explorar os recursos culturais, etnográficos, patrimoniais e históricos.

O Turismo Termal, assente na dinâmica do Complexo Termal de Nisa é determinante para o desenvolvimento do turismo no segmento da saúde, complementado pelo turismo de desporto e aventura que no concelho de Nisa representa uma atividade intensa fruto de uma Rede de Percursos Pedestres composta por 10 percursos de pequena rota e 1 de grande rota acoplada ao Caminho de Santiago, fazem deste território uma referência dos pedestrianistas,

Há uma crescente aposta na requalificação urbana com a remodelação de praças e ruas nas diferentes freguesias e no Centro Histórico de Nisa, sendo importante realçar a recente aprovação de diversas Áreas de Reabilitação Urbana a que estão associados benefícios fiscais como forma de estimular a reabilitação do edificado por parte dos proprietários.

Atualmente, a rede escolar no Município de Nisa assenta maioritariamente no Centro Escolar de Nisa, que congrega o ensino pré-escolar, básico e secundário, no entanto é igualmente assegurado por duas creches privadas (Alpalhão e Nisa), equipamentos de educação pré-escolar (Alpalhão e Tolosa).

No que respeita aos equipamentos sociais e serviços de apoio à terceira idade, o Município de Nisa é servido por 9 equipamentos (um na sede de concelho e um em cada freguesia fora do aglomerado de Nisa) de Apoio à Terceira Idade apoiados pelo Ministério da Segurança Social da Família e da Criança (Instituições Particulares de Solidariedade Social).

Relativamente à segurança pública o concelho conta com a Guarda Nacional Republicana (GNR) com postos em Nisa e Alpalhão. De considerar ainda, a Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Nisa, com quartel na sede de concelho e o Serviço Municipal de Proteção Civil (SMPC) instalado no Heliporto Municipal.

O setor dos mercados e feiras, com papel importante na estrutura económica do concelho, conta com quatro mercados distribuídos por Alpalhão, Montalvão, Nisa e Tolosa. Na sede de concelho existe uma Zona de Atividades Económicas (ZAE), com uma área total de 55.146,55 m², e com ocupação na ordem dos 40%.

Os imóveis de interesse municipal ou com classificação de monumento nacional estão todos localizados em cinco aglomerados – Alpalhão, Amieira do Tejo, Montalvão, Santana e Nisa, destacando-se os espaços onde se desenvolve atividade cultural dos quais fazem parte o Centro Cultural de Alpalhão, a Biblioteca Municipal, o Cine Teatro de Nisa, os Núcleos Museológicos do Bordado e do Barro, a Casa do Forno, o Centro Interpretativo do Conhal e o Castelo de Amieira do Tejo.

O património natural e paisagístico resulta das condições de privilégio que estão associadas à fruição da paisagem e que lhe é dada sobretudo pelas características geomorfológicas e ambientais, pelo valor da presença dos Rios Tejo e Sever, com especial notoriedade o Monumento Natural das Portas de Ródão e o Conhal do Arneiro.

Para manter vivas as raízes das nossas gentes e dos seus saberes seculares está em fase de instrução o processo de candidatura da Olaria de Nisa como Património Imaterial da Humanidade.

Ponte de Sor

O concelho de Ponte de Sor ocupa uma área geográfica de 839,7 km² divididos pelas 5 freguesias que atualmente compõem o concelho. No de 2016 o concelho tinha 15599 habitantes, menos 1123 habitantes do que a população registada nos Censos de 2011, deste modo, verifica-se uma variação negativa de -6,72%. No concelho regista-se uma densidade populacional de 18,8 hab./km².



Paralelamente à redução da população regista-se um aumento no índice de envelhecimento (220,8) quando comparado com 2011 (200,9).

De ressaltar que estes dados são calculados através de projeções, baseadas no período intercensitário de 2001 – 2011, no qual se registou um acentuado decréscimo populacional.

De acordo com os dados recolhidos junto do INE, relativos aos Censos 2011, o concelho de Ponte de Sor apresenta uma taxa de analfabetismo total de 12,2% da população, sendo que no caso dos homens essa taxa é de 8,4%, muito inferior à taxa de analfabetismo feminina situada nos 15,7%. Ao nível da qualificação é também de salientar a percentagem de adultos (80,8%) e adultas (76,5%) sem o ensino secundário completo. ou seja, são os homens aqueles que menos concluíram o ensino secundário. No que respeita à população diplomada no ensino superior observa-se que dos 1089 diplomados e diplomadas 729 são mulheres, o que corresponde a 66,94%. Evidencia-se assim, um maior acesso das mulheres aos vários níveis de ensino.

Tendo em consideração que são as mulheres que mais qualificação têm seria expectável que ao nível da taxa de desemprego apresentassem valores mais baixos que os homens e em relação à taxa de atividade, ganho mensal e remuneração média mensal apresentassem valores mais elevados que os homens. Contudo, regista-se que a taxa de desemprego é superior no feminino (52,88%, o que corresponde a 303 mulheres desempregadas num total de 573 pessoas em situação de desemprego). A taxa de atividade feminina (45%) também é mais baixa que a dos homens (57%).

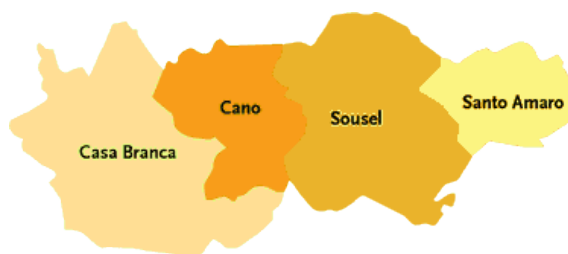
Relativamente ao ganho médio, em 2013, os homens recebiam em média 1004,90€ enquanto as mulheres recebiam 766,60€, ou seja, menos 238,3€ que os homens. No que se refere à remuneração média mensal, as mulheres auferem 652,90€ enquanto os homens auferem 839,60€. Também ao nível nacional se verifica que são as mulheres que apresentam menor ganho médio mensal (mulheres: 957,6€; Homens: 1208,8€) e menor remuneração (Mulheres: 815,6€; Homens: 993,2€).

Sousel

O concelho de Sousel confina a norte com o concelho de Fronteira e a oeste com o de Avis, pertencentes ao mesmo distrito de Portalegre, e com os concelhos de Mora, Arraiolos e Estremoz pertencentes ao distrito de Évora.

O concelho tem uma área de 279,92Km², é um dos menores do Alentejo Central, ocupando 4% da área total.

É composto por quatro freguesias: Cano, Casa Branca, Santo Amaro e Sousel. Existem ainda os lugares de Almadafe e Vale de Freixo, ambos integrados na freguesia de Casa Branca.



Segundo os últimos dados dos Censos de 2011 o concelho de Sousel conta com uma população residente de 5074 habitantes sendo 2377 do sexo masculino e 2697 do sexo feminino, registando uma densidade populacional de 18,23 hab/Km²

A partir do gráfico em baixo apresentado, podemos verificar que o concelho de Sousel com o passar dos anos, tem vindo a perder habitantes.

De acordo com a informação prestada pela PORDATA, em 2011 o concelho de Sousel apresentava 655 residentes com 10 ou mais anos que se encontravam na condição de analfabetos, existindo inclusivamente um maior número de indivíduos do género feminino na condição descrita, no caso 406 indivíduos.

Por outro lado numa análise longitudinal da base de dados permite aferir que a população ativa tem vindo a sofrer uma redução drástica. Em 1981 Sousel possuía 3328 pessoas ativas, ao passo que em 2011 apresentava apenas 2097 pessoas nessa circunstância. Tal evidência dever-se-á em grande parte ao envelhecimento da população.

Segundo os Censos, em 2011 existiam 268 pessoas desempregadas, sendo que 118 seriam do sexo masculino e 150 do sexo feminino.

Por outro lado, e tomando como base os números de 2013 (PORDATA), existem no concelho 886 trabalhadores por conta de outrem, sendo que destes 610 têm contrato permanente/sem termo, enquanto 276 têm contratos a termo/prazo.

Neste âmbito também existem diferenças no que diz respeito a Homens e Mulheres. Relativamente aos primeiros, 145 têm contrato a termo/prazo, sendo que 320 possuem contrato permanente/sem prazo, já as segundas possuem 131 contratos a termo/prazo, enquanto 290 estão contratadas permanentemente/sem termo

A remuneração média mensal dos trabalhadores por conta de outrem é de 626,9€, sendo que em média os indivíduos do género masculino auferem 654,4€, enquanto os elementos do género feminino auferem em médio 595,5€ (PORDATA – 2013).

No que diz respeito aos ganhos mensais também se verificam diferenças entre homens e as mulheres. Nos primeiros verificam-se ganhos mensais médios de 808,5€, já nas segundas os ganhos mensais médios são de 701,1€.

5.7 Conclusão do diagnóstico territorial

Com base no diagnóstico territorial, consideraram-se quatro áreas prioritárias ao nível da cooperação intermunicipal em matéria de promoção da igualdade de género, a saber:

1. a *educação e formação*, pelo seu potencial de transformação social;
2. o *trabalho e emprego*, pelo seu carácter estruturante na vida das famílias e de informação sobre o funcionamento da própria sociedade e pelas desigualdades detetadas na região, nomeadamente ao nível das discriminações remuneratórias;
3. a *violência doméstica e de género*, assumindo-se que este problema é uma clara violação de direitos humanos;
4. a *participação das mulheres na esfera pública*, nomeadamente na liderança e na ação política, por se considerar um aspeto fundamental na materialização da democracia.

6. EIXOS ESTRATÉGICOS E PRIORIDADES

Pretende-se que este Plano seja subsidiário à atuação dos oito municípios e demais organizações do território, potenciando aquilo que já está em curso. Propõe-se uma partilha de recursos interconcelhia, o reforço do conhecimento e da capacidade de intervenção dos atores locais em matéria de igualdade de género. Espera-se que o *Plano* aporte maior visibilidade às políticas locais para a igualdade de género e que as coloque no centro da agenda política.

Adotam-se, para o efeito, **quatro eixos estratégicos**, definidos em função dos objetivos consensualizados e do diagnóstico de necessidades elaborado:

1. participação política e cívica;
2. educação, formação e emprego;
3. prevenção e combate à violência doméstica e de género;
4. desporto.

Na **participação política e cívica**, pretende-se desmistificar os estereótipos que marcam o mundo laboral, reforçar a presença das mulheres na esfera pública e política, dando visibilidade às participações que já existem, bem como promover e capacitar para o desempenho da função de Conselheiras Municipais.

Na **educação, formação e emprego**, aposta-se na formação de docentes e funcionários/as das escolas, pelos efeitos multiplicadores que geram intervenções junto destes públicos. Reforça-se essa intervenção com ações para alunos e alunas, tendo, como estratégia de mobilização, as metodologias participativas, pelo seu potencial transformador, e atividades que ligam a arte a uma dimensão festiva transformadora. Prevê-se também neste eixo estratégico a criação e atribuição de um Prémio Intermunicipal para premiar os esforços das entidades locais, públicas e privadas, para a promoção da igualdade de género no trabalho.

A **prevenção e o combate à violência doméstica e de género** é estruturante neste Plano e está patente, por um lado, nas medidas diretas de apoio às vítimas, através da criação de respostas de proximidade, garantindo o funcionamento do Gabinete de Apoio à Vítima (GAV) do Alto Alentejo Oeste®, e do trabalho em rede da parceria. Por outro lado,

o combate à violência doméstica e de género reflete-se na aposta em medidas preventivas, nomeadamente através das ações de sensibilização da comunidade para o problema da violência, procurando-se reduzir a tolerância social face a este fenómeno. Estão previstas várias ações de sensibilização, junto de diferentes atores da comunidade. Prevê-se ainda construir e consolidar uma rede especializada e articulada no âmbito do apoio a vítimas de violência doméstica e de género e assinalar o dia 25 de novembro - Dia Internacional pela Eliminação da Violência Contra as Mulheres.

O **desporto** surge neste Plano através da realização de uma corrida e caminhada para promover a igualdade de género e combater a violência, em parceria entre os diferentes intervenientes. Esta ação pretende assinalar o Dia Municipal para a Igualdade (24 de outubro).

Este Plano tem um horizonte temporal de quatro anos e é um primeiro passo num território onde os planos para a igualdade ao nível concelhio ou intra-organizacional são ainda, de modo geral, pouco audaciosos. Assim, optou-se por construir um plano realista, exequível e capaz de lançar bases para que a igualdade de género seja progressivamente assumida como uma prioridade nas políticas locais, tendo em vista uma sociedade mais democrática e justa.

O ponto 8 deste documento integra o Plano de Ação para a implementação do Plano Intermunicipal para a Igualdade do Alto Alentejo Oeste 2018-2021, contemplando as ações, objetivos e metas consensualizadas para cada um dos eixos estratégicos estabelecidos.

7. AVALIAÇÃO E ACOMPANHAMENTO

Anualmente, proceder-se-á ao balanço das medidas previstas, através da avaliação dos indicadores de execução e de impacto. Este acompanhamento será realizado pela APAV, CIG e pelos municípios e parceiros envolvidos.

A monitorização do Plano será um importante instrumento para a sua implementação e adaptação consoante os resultados.

No final do período de vigor do presente Plano, está prevista a realização de um estudo de avaliação da sua implementação, coordenado pelo Instituto Politécnico de Portalegre.

8. PLANO DE AÇÃO

Eixo 1 – Participação Política e Cívica

Ação	Objetivo Específico	Metas	Indicadores	Promotores e Parceiros	Calendarização
Realização de encontro que promova a igualdade no desempenho de funções/profissões	Desmistificar estereótipos associados a funções/profissões masculinas e femininas	Realizar 1 encontro, por ano, em municípios diferentes	N.º de mulheres/ homens disponíveis para participar no encontro N.º de participantes N.º de encontros realizados no âmbito do período de implementação do plano	Municípios CIMAA APAV	2019-2021
Realização de encontro com mulheres no poder local, percebendo o percurso feito e as dificuldades sentidas	Incentivar e aumentar a participação das mulheres na esfera pública	Realizar 1 encontro, por ano, em municípios diferentes	N.º de mulheres disponíveis para participar no encontro N.º de participantes N.º de encontros realizados no âmbito do período de implementação do plano	Municípios CIMAA APAV	2019-2021
Capacitação de Conselheiras Municipais para a Igualdade	Acompanhar e dinamizar a implementação das políticas locais para a cidadania e a igualdade de género	Nomeação de Conselheiros/as por Município	Nº de Conselheiras/os Municipais para a Igualdade	Municípios	2018-2021

		Realizar 1 ação de formação para os/as 8 Conselheiros/as			
Equipas Locais para a Igualdade	Desenvolvimento local de Planos Municipais para a Igualdade	Constituição de equipas em cada um dos Municípios	Nº de equipas por Município Nº de participantes por equipa	Municípios APAV CIMAA	2018-2021
<i>One Billion Rising</i>	Sensibilizar para a violência contra as meninas e contra as mulheres	Realização em todos os Municípios	Nº de Ações Nº de Participantes Nº de Municípios	Municípios Agrupamentos de Escolas	2019-2021 (fevereiro)
Encontro Intermunicipal Alto Alentejo	Reflexão conjunta sobre os Planos Intermunicipais	Realização de encontro anual	Nº de Municípios	CIG CIMAA Municípios APAV	2019

Eixo 2 – Educação, Formação e Emprego

Ação	Objetivo Específico	Metas	Indicadores	Promotores e Parceiros	Calendarização
Ações de sensibilização (Igualdade de género, violência no namoro, homofobia e transfobia)	Sensibilizar os/as alunos do 3º ciclo para a promoção da igualdade	Sensibilizar anualmente 70% dos/as alunos/as dos 8 concelhos (1 sessão/tema/ano letivo)	Nº de participantes (sexo, idade, escola a que pertencem) Avaliação das ações pelos/as participantes	Entidade Promotora: Municípios, APAV, Agrupamentos de Escolas, CIG Entidades Parceiras: CIMAA Público destinatário: Alunos de 3º ciclo	2018/2019 e 2020/2021
Ações de Formação (Igualdade de género, violência no namoro, homofobia e transfobia)	Formar docentes do pré-escolar, ensino básico e secundário sobre igualdade de género	Realizar 1 ação de formação sobre igualdade de género	Nº de participantes (sexo, idade, escola a que pertencem) Avaliação das ações pelos/as participantes	Entidade Promotora: Municípios, APAV, Escolas públicas e privadas Entidades Parceiras: Escolas públicas e privadas, CIMAA Público destinatário: Docentes de todos os níveis de ensino	2018/2021
Prémio Intermunicipal (selo)	Premiar e incentivar os esforços das entidades locais na promoção da igualdade de género no trabalho e promover as	Envolver, pelo menos, 10 organizações concorrentes por ano	Nº de organizações participantes por setor de atividade Nº de prémios atribuídos por setor de atividade	Entidade Promotora: Municípios, APAV, CIG Entidades Parceiras: CIMAA, IEFP	2019/2021

	iniciativas que já se encontrem em curso			Público destinatário: Organizações públicas, privadas e da economia social	
--	--	--	--	--	--

Eixo 3 – Prevenção e Combate à Violência Doméstica e de Género

Ação	Objetivo Específico	Metas	Indicadores	Promotores e Parceiros	Calendarização
Garantir o funcionamento do Gabinete de Apoio à Vítima (GAV) do Alto Alentejo Oeste	Prestar apoio a vítimas de violência doméstica e de género	Realizar 100 atendimentos por ano	Dados do relatório anual de execução	GAV AAO / APAV Municípios Restantes parceiros signatários	2018-2021
Realizar ações de sensibilização sobre igualdade de género, violência doméstica, violência no namoro, homofobia e transfobia	Sensibilizar públicos estratégicos	Realizar, pelo menos, 10 ações por município	Nº de participantes	APAV CIMAA	2018-2021
Assinalar o Dia Internacional pela Eliminação da Violência contra as Mulheres (25 de Novembro)	Sensibilizar e promover na comunidade uma atitude intolerante face à violência doméstica e de género	1 ação, por município	1 ciclo de cinema por município	APAV, Municípios, IPP Agrupamentos de Escolas	2018-2021 (Novembro)
Construção e implementação de uma rede especializada e articulada no Alto Alentejo Oeste	- Construção do Manual de Procedimentos da Rede e sua implementação	- Criação/construção participada do Manual	1 Manual Nº de organizações que adotam o Manual por município Fluxograma de procedimentos	APAV, Municípios e outras organizações	2018/2019
Realização da I Edição das Jornadas do Alto Alentejo Contra a Violência	Promover a reflexão, o debate e a partilha de conhecimento entre a	- Realizar edições bienais (2018 e 2020)	N.º de edições das jornadas Nº de participantes (sexo, idade,	APAV, Município de Ponte de Sor e demais Parceiros signatários do Protocolo	12 de Outubro/2018 2020

	academia, as instituições e os municípios		entidade/organização a que pertencem) Avaliação das ações pelos/as participantes		
--	---	--	---	--	--

Eixo 4 – Desporto

Ação	Objetivo Específico	Metas	Indicadores	Promotores e Parceiros	Calendarização
Corrida/caminhada	Promover a Igualdade de género e combater violência doméstica através de uma mini maratona (10km) e caminhada, a realizar em simultâneo, para assinalar o Dia Municipal para a Igualdade (24 de outubro)	Organizar, pelo menos, uma corrida/caminhada, por ano	N.º de corridas/caminhadas organizadas Nº de participantes_(sexo, idade) Avaliação da ação	Entidades Promotoras: APAV, CIMAA Entidades Parceiras: Municípios Público destinatário: Público em geral	2019/2021

Bibliografia

CENSOS, 2011

Dados do relatório semestral (01.01.2017 a 30.06.2017) do Ministério Público do Tribunal Judicial da Comarca e Portalegre

Dados do Tribunal Judicial da Comarca de Portalegre, Procuradoria da República – Coordenação, *Criminalidade 2016 – Crime de Violência Doméstica – Breve Análise*.

Estatísticas APAV, Relatório Anual 2016 (disponível em www.apav.pt)

Estatísticas APAV 2017 – Gabinete de Apoio à Vítima do Alto Alentejo Oeste (disponível em www.apav.pt)

Estatísticas IEFP (disponível em www.iefp.pt)

Estratégia Nacional para a Igualdade e Não Discriminação – Portugal + Igual (ENIND), Resolução do Conselho de Ministros n.º 61/2018

PORDATA – Base de Dados Portugal Contemporâneo (disponível em www.pordata.pt)

Protocolo para uma Estratégia de Combate à Violência Doméstica e de Género

Relatório Anual de Segurança Interna (RASI) 2016 (disponível em www.portugal.gov.pt)

Relatório Anual de Segurança Interna (RASI) 2017 (disponível em www.portugal.gov.pt)

Secção de Informações e Investigação Criminal do Comando Territorial de Portalegre da Guarda Nacional Republicana